



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB - 07:** Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT - 06:** Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas - 05:** Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP - 04:** Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT - 04:** Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS - 03:** Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB - 02:** Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB - 02:** Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR - 02:** Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB - 01:** Pastor Edson Praczyk; **PMN - 01:** Dr. Batista; **PV - 01:** Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 131

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Indicações	03
Recurso	10
Requerimentos	15
Projetos de Lei	17
Pequeno Expediente:	
Dep. Elton Welter	21
Dep. Elio Rusch	21
Dep. Marcelo Rangel	22
Dep. Augustinho Zucchi	23
Dep. Rosane Ferreira	24
Dep. Antonio Belinati	25
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch	26
Dep. Luiz Claudio Romanelli	28
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT	

Dep. Augustinho Zucchi	23
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	25
Liderança do Governo	
Dep. Luiz Claudio Romanelli	30
Liderança do PMDB	
Dep. Waldyr Pugliesi	32
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício	34
Liderança da Oposição	
Dep. Douglas Fabrício	35
Liderança do Bloco PTB/PRB	
Dep. Jocelito Canto	36
Liderança do PT	
Dep. Elton Welter	38
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	39
Discussão/Votação	
1ª Discussão	40
Requerimentos	45
Encerramento da Sessão	46
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	46

DIÁRIO Nº 131

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alys-son Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Carlos Simões, Luiz Fernandes Litro, Miltinho Pupio e Professor Luizão (05).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Péricles de Mello (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 326/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde uma unidade do SIATE para o Hospital Regional do Noroeste em Paranavaí.

Ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja aprovada a presente Indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde uma unidade do SIATE - Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergências para o Hospital Regional do Noroeste em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O aumento do número de veículos, motorizados ou não, como automóveis, motocicletas e bicicletas, e também das ocorrências de acidentes registrados na cidade de Paranavaí e região clama pelo apoio dos serviços do SIATE.

Paranavaí é cidade pólo da microrregião da AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná. O seu crescimento populacional vêm se verificando nos últimos censos. Conseqüentemente, asseveram-se os números de ocorrências fatais ou não, acidentais ou provocadas registradas pelos órgãos de segurança e pelos estabelecimentos hospitalares.

Sede de uma unidade do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, com um quadro referencial de socorristas, aplicados e abnegados, a cidade de Paranavaí possui o Hospital Regional que atende toda a região da AMUNPAR e para tanto necessita com urgência de uma ambulância do SIATE para o atendimento às funções específicas de socorro às vítimas de acidentes em suas rodovias, em residências ou estabelecimentos comerciais e industriais, oferecendo a atenção médica nos casos de atropelamento, colisão, quedas ou ferimentos resultantes de agressão, de arma de fogo, de arma branca e mais os acidentes que resultam em queimaduras, soterramento e mesmo problemas clínicos com risco de vida.

INDICAÇÃO Nº 327/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância, a ser destinada ao distrito de Jaracatiá, no município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Saúde, a doação de uma ambulância, a ser destinada ao distrito de Jaracatiá, no município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Sebastião José dos Santos, da Câmara Municipal de Goioerê/PR.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O município de Goioerê passa por uma série de problemas relacionados à saúde, dentre eles, a falta de ambulâncias. Desta forma, conto com o apoio de meus nobres Pares para a aprovação da presente visando a doação de uma ambulância pelo Governo do Estado ao município de Goioerê, para possibilitar um atendimento em tempo hábil aos enfermos.

INDICAÇÃO Nº 328/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Rolândia um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Rolândia de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus

escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subcreve faz a presente indicação.

Rolândia pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 329/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Rancho Alegre d'Oeste de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subcreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Rancho Alegre d'Oeste de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subcreve faz a presente indicação.

Rancho Alegre d'Oeste pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 330/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Maringá dois (2) ônibus apropriados para o transporte escolar.

O Deputado que subcreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Maringá de dois (2) ônibus apropriados para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental

e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subcreve faz a presente indicação.

Maringá pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 331/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Marialva um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subcreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Marialva de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subcreve faz a presente indicação.

Marialva pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 332/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Iguaraçu um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subcreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Iguaraçu de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subcreve faz a presente indicação.

Iguaraçu pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 333/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Lobato um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Lobato de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Lobato pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 334/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Mandaguá um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Mandaguá de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Mandaguá pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 335/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Floresta um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Floresta de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Floresta pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 336/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Uniflor um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Uniflor de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Uniflor pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota

para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 337/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Santo Inácio um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santo Inácio de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Santo Inácio pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 338/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Jardim Alegre um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Jardim Alegre de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Jardim Alegre pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua

frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 339/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Borrazópolis um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Borrazópolis de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Borrazópolis pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 340/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Munhoz de Mello um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Munhoz de Mello de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Munhoz de Mello pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar

a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 341/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Colorado um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Colorado de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Colorado pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 342/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Inajá um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Inajá de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Inajá pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 343/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Doutor Camargo um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Doutor Camargo de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Doutor Camargo pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 344/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Florai um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Florai de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Florai pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 345/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Terra Boa um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Terra Boa de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Terra Boa pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 346/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Ivaiporã um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivaiporã de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Ivaiporã pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 347/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Ivatuba um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivatuba de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Ivatuba pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 348/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Ourizona um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ourizona de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Ourizona pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 349/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Nossa Senhora das Graças um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Nossa Senhora das Graças de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Nossa Senhora das Graças pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 350/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Querência do Norte um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Querência do Norte de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Querência do Norte pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 351/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Luiziana um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Luiziana de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Luiziana pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 352/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Engenheiro Beltrão um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Engenheiro Beltrão de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Engenheiro Beltrão pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 353/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Kaloré um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Kaloré de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Kaloré pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 354/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Goioerê um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Goioerê de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Goioerê pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 355/08

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto

Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Quarto Centenário um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Quarto Centenário de um (1) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em equipar a rede pública municipal com ônibus escolares apropriados para o transporte de crianças regularmente matriculadas nas escolas do ensino fundamental e o aumento do crescimento do número de crianças em idade escolar todos os anos, o Deputado que este subscreve faz a presente indicação.

Quarto Centenário pela sua dimensão, principalmente no que se refere à zona rural necessita de aumentar a sua frota para o transporte escolar, o que justifica a presente indicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

Recurso

RECURSO DA DECISÃO PELA MANUTENÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, AO PROJETO DE LEI Nº 586/07

O Deputado adiante assinado, autor do Projeto de Lei nº 586/07, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no artigo 33, parágrafo 2º, alínea "a" do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, vem apresentar de forma legítima a tempestiva o RECURSO à decisão da Comissão de Constituição e Justiça, Relator Deputado Artagão Júnior, que rejeitou a impugnação apresentada por este Parlamentar, proferindo parecer pela inconstitucionalidade.

I - Preliminarmente

Dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se manifestar sobre a constitucionalidade dos projetos apresentados. No artigo 33, parágrafo 2º, alínea "a" prevê o procedimento nos casos em que um projeto de lei for tido como inconstitucional, como se transcreve:

"Art. 33 (...)

§ 2º (...)

a) Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer. **Desta decisão caberá recurso ao Plenário da**

Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, **será encaminhada à próxima Comissão.**” (grifou-se)

Como pode ser observado, o presente instrumento de Recurso é apresentado pelo autor do projeto de lei, assim possui legitimidade e é tempestivo, mesmo inexistindo prazo para o determinado recurso.

Ainda preliminarmente, cabe demonstrar que, dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça se manifestar quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno).

Dessa atribuição regimental deve-se entender que a Comissão deverá observar se o projeto de lei se coaduna com a Constituição Federal e Estadual, bem como se harmoniza com o ordenamento jurídico vigente.

II - Histórico

O Projeto de Lei nº 586/07 recebeu parecer contrário da CCJ em novembro de 2007. Tempestivamente o autor, atual recorrente, apresentou impugnação ao parecer do nobre Deputado Reni Pereira. No início do presente ano foi realizada uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça e o Relator da impugnação, nobre Deputado Artagão Júnior, apresentou parecer dando provimento à impugnação. Entretanto, antes do processo de votação houve a proposição do nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli para que o projeto fosse retirado de pauta.

Após mais de seis meses o projeto retorna à pauta da CCJ e então é apresentado parecer do nobre Relator Deputado Artagão Júnior pela manutenção da inconstitucionalidade.

II.a - Do Parecer do Relator ao Projeto de Lei

O nobre Deputado Estadual Reni Pereira em seu parecer argüiu que o projeto de lei em tela é inconstitucional e contrapõe lei federal em vigor.

A alegação da inconstitucionalidade se dá em dois momentos: primeiro, sobre a suposta usurpação da competência legislativa concorrente prevista no artigo 24 da Constituição Federal, mencionando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (STF-ADI 2.396/MS), eis que existe Lei Federal que trata do tema; segundo, afirmando que o projeto de lei ao dar atribuição, supostamente nova, a órgãos e Secretarias do Poder Executivo, teria ferido a Constituição do Estado do Paraná, não citando o dispositivo infringido.

Diante de tais alegações o Relator conclui pela “(...) Não-Aprovação pela existência de lei federal dispondo sobre o mesmo tema e pelas inconstitucionalidades encontradas”.

II.b - Do Parecer do Relator da Impugnação

O nobre Deputado Estadual Artagão Júnior em seu parecer argüiu que o projeto de lei em tela é inconstitucional por, supostamente, se contrapor à lei federal em vigor.

O relator da impugnação aceitou parcialmente os argumentos do autor, ora recorrente, uma vez que dos itens apresentados pelo relator do projeto de lei, Deputado Reni Pereira, o único a permanecer após a impugnação fora o da suposta contraposição à lei federal vigente, e assim, haveria vício inconstitucional, segundo o artigo 24 e seus parágrafos da Carta Magna Federal

Apresentou, o Relator, ainda neste mesmo viés, que a Lei Complementar Federal nº 095/98 em seu artigo 7º, inciso IV também vedaria a edição da Lei em tela, uma vez que a mesma poderia afrontar ou tratar de assuntos já abordados em diploma legal vigente e superior.

III - Do Recurso

A argumentação do nobre Deputado Artagão Júnior, para manter a inconstitucionalidade ao presente projeto de lei, se baseou, como já anteriormente dito, na suposta contradição da lei estadual e uma lei federal que já trataria do mesmo assunto. Assim ao descrever que o artigo 2º da Lei Federal nº 9055/95 permitiria a fabricação e comercialização do amianto (variedade asbesto branco), não poderia o legislador estadual proibi-lo, face aos artigos 24 da Constituição Federal e 7º da Lei Federal nº 095/98.

Entretanto, o projeto de lei, ora em tela, ao proibir outro tipo de amianto que não os descritos na lei federal, não contradiz a mesma, vem apenas suplementá-la, já que adiciona ao rol de proibições outra variedade. Seria legislar de forma oposta se o projeto de lei viesse a liberar um tipo de amianto que fora considerado proibido.

Em analogia a outros dispositivos legais podem os nobres Parlamentares se basear na lei de agrotóxicos, dispositivo legal que possui uma disciplina geral e em relação à qual os estados podem proibir ou liberar produtos conforme interesse regional, tal como disciplina o artigo 24 da Carta Magna.

Caso entendêssemos que uma norma estadual não poderia proibir a utilização de determinado produto que não está no rol da norma geral, os estados não poderiam legislar sobre os agrotóxicos. Assim, a argumentação apresentada pelo nobre Parlamentar não pode ser tida como válida.

Mesmo assim, há que se argumentar que mesmo havendo, expressamente, a possibilidade da produção de amianto de determinado tipo na legislação federal (como afirma o nobre Relator Deputado Artagão Júnior), poderia o estado membro excepcionar, proibindo-o em seu território, uma vez que é fixado na doutrina jurídica e no entendimento dos Tribunais que os temas contidos nos incisos do artigo 24 da Constituição Federal, podem ser legislados pelo ente Federal de forma geral e os estados membros devem pormenorizar as normas legais (artigo 24, parágrafo 2º da Constituição Federal).

A alegação do nobre Parlamentar Relator ao afirmar que o artigo 2º da Lei Federal nº 9055/95 permitiria o uso deste tipo de amianto não pode, data vênica, prosperar. Pois não se está contrapondo a legislação federal geral, mas complementando-a em território paranaense. A Lei

Federal nº 9055/95 regula de forma geral a produção de amianto, abolindo do território nacional determinadas variedades de asbesto, situação que não poderá, de forma alguma, cercear o direito constitucional do estado e garantir em seu território legislação mais extensiva em relação à proteção ambiental, com maior amplitude do que a geral. O que um estado não pode fazer é retirar proibições contidas na lei federal, ou seja contrapondo a lei.

A natureza suplementar da competência legislativa é justamente essa, a de adicionar, de pormenorizar a legislação geral. Veja o que o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa traz sobre os vernáculos:

“Suplementar

1. Relativo a, ou que serve de suplemento; 2. Que amplia; adicional.

Suplemento

1. O que teve para suprir; suplimento; 2. o que se dá a mais; 3. Parte que se adiciona a um todo para ampliá-lo, esclarecê-lo e aperfeiçoá-lo. 4. Páginas com matéria especial, geralmente ilustrada, que se juntam à matéria ordinária, em certos números de um jornal; 5. Aditamento, acréscimo.”

Resta explícito que o significado de suplementar traz a idéia de adicionar, ampliar. É exatamente esse o significado do projeto de lei estadual ora em estudo. A pretensão do projeto é a de adicionar no rol de proibições já existente, outra variedade de amianto, com a intenção de aperfeiçoá-lo para que seja garantida a toda a comunidade paranaense saúde e bem-estar. O presente projeto de lei não reduz ou contraria a norma federal, e sim, repete-se, adiciona e amplia a proteção a que ele apregoa.

O nobre Parlamentar Relator traz em seu parecer o acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2396 em virtude da lei do Mato Grosso do Sul, lei que é similar, mas não é igual à apresentada por este Parlamentar que subscreve o projeto de lei em tela. A Corte Suprema do Brasil entendeu no caso do Mato Grosso do Sul que o estado extrapolou a margem de competência concorrente. O STF entendeu que a Lei Federal nº 9055/95 dispôs “extensamente sobre todos os aspectos que dizem respeito à produção e aproveitamento industrial, transporte e comercialização do amianto crisotila” (*ipsis literis*)

Ocorre que a arguição de inconstitucionalidade na petição inicial daquela demanda não se deu em face da competência legislativa concorrente e sim sobre a sanidade e salubridade da manipulação do amianto crisotila. Naquele mesmo viés ocorreu a defesa do estado do Mato Grosso do Sul, por parte do Poder Executivo e também pela Assembléia Legislativa daquele estado. Esta afirmação pode ser comprovada lendo-se o voto do Ministro Relator, ou mesmo o seguinte trecho do acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade transcrito no parecer do nobre Deputado da CCJ:

“(...) verificar a ocorrência de agressão a outros dispositivos constitucionais que não os indicados na inicial (...)”

Assim, apesar de ser um antecedente forte e importante nos julgamentos posteriores, não é uma súmula do STF e o próprio Tribunal poderá em ação futura decidir de forma diversa, pois poderá ser provocado por outros argumentos jurídicos, e mostrar que o fato de um estado proibir o amianto crisotila, não é inconstitucional. A defesa do direito de legislar concorrentemente e ampliando a defesa dos cidadãos em nosso estado é que se mostra neste arrazoado e é o que se espera desse Parlamento, e deste Plenário.

É exatamente desta forma que em decisão muito mais recente do que a adotada, pelos ilustre Relatores que o STF se posicionou em matéria muito semelhante. O estado de São Paulo promulgou Lei nº 12684/07 que proíbe o uso de crisotila (asbesto branco) em seu território. Inconformadas com a proibição, as empresas produtoras deste tipo de material, apresentaram Ação Direta de Inconstitucionalidade. Imediatamente conseguiram decisão cautelar suspendendo a eficácia da lei estadual em face da legislação federal já existente. Entretanto o STF em decisão no dia 04 de junho do corrente suspendeu a decisão liminar concedida pelo ilustre Ministro Marco Aurélio, dando ampla eficácia à lei estadual.

A maioria dos Exmos. Ministros do STF afirmaram que a lei estadual de São Paulo está em conformidade com a Constituição Federal (matéria do STF em anexo). Inclusive em voto do ilustre Ministro Joaquim Barbosa, há clara demonstração de que a Lei Federal nº 9055/95 é que deveria ser revista e questionada quando a sua constitucionalidade, uma vez que o Brasil é signatário da Convenção 162 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que prevê o banimento do amianto. Segue o Ministro Joaquim Barbosa afirmando que a Convenção da OIT é norma supralegal com força normativa maior que a lei federal. E afirmar:

“Não faria sentido que a união assumisse compromissos internacionais que não tivessem eficácia para os estados membros. Não acredito que a união possa ter duas caras: uma comprometida com outros estados e organizações internacionais e outra descompromissadas para as legislação com os estados-membros.” (Ministro Joaquim Barbosa ao citar estudos acadêmicos sobre o tema).

Seguem os Ministros do egrégio STF a confirmar a constitucionalidade da lei estadual paulista, com votos como o do Ministro Ricardo Lewandowski que afirmou categoricamente que o voto do Ministro Joaquim Barbosa é o que melhor homenageia o princípio federativo, o princípio republicano que são as vigas mestras da Constituição Federal. Continua, de forma brilhante, ao afirmar que nas matérias que envolvam defesa da Saúde Pública e questões ambientais poderão o estado-membro e até os municípios legislar de forma mais “protetivas do que a legislar federal”.

Outro Ministro que demonstra de forma inequívoca a constitucionalidade e legalidade da lei paulista, argumento que serve exatamente da mesma forma para o

presente projeto de lei, é o Dr. Carlos Ayres Britto. Em seu voto este ilustre Ministro afirma que a lei estadual cumpre muito mais o que está previsto na Constituição Federal do que a legislação federal, e adicionou que a Convenção 162 da OIT está acima da Lei Federal nº 9055/95.

Por fim, mas não sem menor importância, os Ministros do STF lembraram que a Lei Federal nº 9055/95 está sendo questionada em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4066) em ação proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANMATRA), por ser uma lei que confronta a proteção ao meio ambiente e à saúde humana e assim afronta princípios constitucionais.

Desta forma, as alegações dos Relatores ao trazerem para suas justificativas a decisão do STF no caso do estado do Mato Grosso do Sul não se aplica, uma vez que a decisão mais recente é a trazida neste momento e demonstra de forma inequívoca a constitucionalidade do projeto de lei ora em tela.

Inclusive, pode-se dizer que o presente projeto de lei está de acordo com a Convenção 162 da OIT, está em plena consonância com os princípios constitucionais de proteção à saúde humana e proteção ao meio ambiente, e portanto deve prosperar, e é plenamente constitucional.

O Paraná pode e deve prever normas que garantam aos seus cidadãos saúde e preservação ao meio ambiente. Não pode o legislador estadual querer restringir o princípio constitucional republicano e federativo. Isto foi o que os ilustres Ministros de nossa Corte Suprema demonstraram ao garantir a constitucionalidade da lei paulista semelhante ao atual projeto de lei.

O estado do Paraná, em especial este Poder Legislativo, ao publicar o projeto de lei em debate - tornando-o lei - criará um espaço de discussão jurídica sobre o respeito ao pacto federativo e qual a extensão da competência legislativa concorrente. Não pode o Poder Legislativo do Paraná aceitar um julgamento pontual como verdade plena e inquestionável de constitucionalidade como quiseram os nobres relatores e como a douta CCJ entendeu. As razões aqui apresentadas, e outras que podem e devem ser suscitadas, demonstram que o estado do Paraná poderá, sim, legislar ampliando e adicionando a Lei Federal 9055/95.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou lei similar e hoje vê o STF garantir seu direito de legislar de forma concorrente e garantir proteção maior aos seus cidadãos e ao meio ambiente.

Outros julgamentos da Suprema Corte demonstram que é possível aos estados excepcionarem a legislação federal levando em conta seu interesse e sua realidade regional, como são os seguintes casos:

A competência dos estados para legislar sobre a proteção e defesa da saúde é concorrente à união e, nesse âmbito, a união deve limitar-se a editar normas gerais, conforme artigo 24, XII, parágrafos 1º e 2º, da

Constituição Federal. Não usurpa competência da união lei estadual que dispõe sobre o beneficiamento de leite de cabra em condições artesanais. (ADI 1278, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, julgamento em 16/05/07, DJ de 01/06/07).

A lei em comento foi editada no exercício da competência supletiva conferida no parágrafo único do artigo 8º da CF/69 para os estados legislarem sobre proteção à saúde. Atribuição que permanece dividida entre estados, distrito federal e união (artigo 24, XII da CF/88). Os produtos em tela, além de potencialmente prejudiciais à saúde humana, podem causar lesão ao meio ambiente. O estado do Rio Grande do Sul, portanto, ao fiscalizar a sua comercialização, também desempenha competência outorgada nos artigos 23, VI e 24, VI da Constituição atual. (RE286.789, Relator Ministro Ellen Gracie, julgamento em 08/03/05, DJ de 08/04/05).

Recente decisão do Supremo Tribunal Federal, deixa clara a possibilidade do estado legislar acerca do tema em tela, quando, julgando a ADI nº 3937/SP, evidenciou, vez mais, que é de natureza supletiva a competência estadual para editar normas gerais sobre o amianto, conforme artigo 24, parágrafos 1º e 4º da Constituição da República de 1988¹.

Como se pode observar, o assunto ainda suscitará muitas teses jurídicas e lides na Suprema Corte, não podendo o estado do Paraná aceitar que um antecedente em tema similar crie uma vinculação, tal qual o poder das Súmulas vinculantes, mesmo porque, repete-se de forma efusiva, o STF acabou de demonstrar a possibilidade jurídica da lei paulista, essa sim igual a da autoridade ora Recorrente.

O estado do Paraná, e essa Casa em especial, devem zelar pela garantia da competência legislativa. Há que se questionar, por exemplo, se a própria Lei Federal nº 9055/05 não é inconstitucional, isto pois, no entendimento do ilustre constitucionalista Dr. Uadi Lammêgo as normas gerais devem se ater a declarações principiológicas, dirigidas aos legisladores, ou seja, condicionando aos Parlamentares estaduais sua ação legiferante. Em suas palavras as normas gerais "(...) não se prestam a detalhar minúcias, filigramas ou pormenores". (BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotad. 6ª ed. São Paulo. Saraiva. 2005. p. 574).

IV - Conclusão

Diante dos argumentos expostos e da clara necessidade de proteção aos cidadãos paranaenses, além do dever desses parlamentares em garantir instrumentos legais que promovam a saúde e combatam a degradação ambiental, deve o projeto de lei em tela prosperar, seguir seu trâmite ao ser considerado constitucional. O que se peticiona neste momento não é uma avaliação do mérito,

1. Supremo Tribunal Federal - STF. Fonte: <http://www.stf.gov.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=90404&caixaBusca=N>. Reportagem em anexo.

mas da constitucionalidade do projeto. Se alguns Parlamentares acreditarem que o Paraná deva ser palco de produção e uso de substâncias como o amianto, podem e devem discutir o mérito do projeto, mas não o podem fazer tentando imputar caráter inconstitucional a um projeto de lei que claramente e inequivocamente é constitucional.

É o que se solicita e se entende por justo e digno dessa Casa.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Anexo:

Notícia STF - quarta-feira, 04/06/08.

STF mantém lei paulista que proíbe uso do amianto no estado

Por sete votos a três, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve hoje (4) a vigência da Lei paulista 12684/07, que proibiu o uso de qualquer produto que utilize o amianto no estado. A maioria dos Ministros concordou que a lei estadual está em conformidade com a Constituição Federal e atende ao princípio da proteção à saúde.

A decisão desta tarde cassou liminar do Ministro Marco Aurélio, que, em dezembro do ano passado, suspendeu a vigência da lei paulista. A Lei nº 12684/07 foi contestada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3937). A entidade alega que norma usurpa competência da união e entra em confronto com a Lei Federal nº 9055/95, que permite o uso controlado do amianto no país. No caso, do amianto da variedade crisotila (asbesto branco).

A maioria dos Ministros alinhou-se ao voto dos Ministros Eros, Grau e Joaquim Barbosa. O primeiro já havia declarado que a lei federal é inconstitucional quando a matéria começou a ser julgada pelo STF, em agosto do ano passado. "Então não há erro na lei estadual", reafirmou hoje.

Joaquim Barbosa citou estudos científicos que comprovam o aparecimento de doenças relacionadas ao uso do amianto, inclusive o câncer, e afirmou que a lei paulista está respaldada pela Convenção 162 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), um compromisso assumido pelo Brasil, em esfera internacional, para salvaguardar o trabalhador de ter contato com o amianto e para inclusive bani-lo. O amianto é utilizado na fabricação de caixas d'água, telhas onduladas, tubulações, discos de embreagem, mangueiras, papéis e papéis. Para ele, a Convenção da OIT é uma norma supralegal, com força normativa maior que a norma federal. "Não faria sentido que a união assumisse compromissos internacionais que não tivessem eficácia para os estados membros. Não acredito que a união possa ter duas caras: uma comprometida com outros estados e organizações internacionais e outra descompromissada para as legislações com os estados-membros", disse Barbosa ao citar estudo acadêmico.

Nesta tarde, dois ministros que votaram no ano passado pela suspensão da norma, Cármen Lúcia Antunes Rocha e Ricardo Lewandowski, reajustaram suas posições para se juntar à maioria. Cármen Lúcia disse que o princípio constitucional do direito à saúde é matéria de competência comum à união e aos estados. Lewandowski afirmou que a posição do Ministro Joaquim Barbosa é a que melhor homenageia o princípio federativo, que, ao lado do princípio democrático e do princípio republicano, constituem uma das "vigas mestras" da Constituição Federal. Ele também reafirmou sua posição de que, em matérias que envolvam a defesa de saúde pública e questões ambientais, nada impede que a legislação estadual e municipal sejam mais protegidas do que a legislação federal.

Os Ministros Carlos Ayres Britto, Celso de Mello e Cezar Peluso também mantiveram a vigência da lei paulista. Ayres Britto afirmou que a norma estadual cumpre muito mais o que está previsto na Constituição Federal do que a legislação federal e concordou que a Convenção da OIT tem status de norma supralegal, acima da norma federal. Na mesma linha, Celso de Mello afirmou que a lei paulista reforça o dever estatal de proteção à saúde, e Cezar Peluso disse que a questão não deveria ser posta no âmbito de eventual conflito de competência entre união e estado, mas no reconhecido perigo à saúde quanto ao uso do amianto, fato atestado pelo Brasil no âmbito de uma convenção internacional.

Conflito de competência

O Ministro Marco Aurélio e outros dois Ministros, Carlos Alberto Menezes Direito e Ellen Gracie, levaram em conta um aspecto formal para suspender a lei liminarmente. Para eles, a norma usurpa a competência da união para legislar sobre comércio interestadual, pois cria embaraços à comercialização de produtos fabricados com amianto.

Esses três Ministros citaram vários precedentes do Plenário do STF que cassaram leis estaduais semelhantes à lei paulista sob o argumento de inconstitucionalidade formal. Marco Aurélio disse que a posição majoritária da Corte no sentido de manter a vigência da lei "é um passo demasiadamente largo". Segundo ele, isso fastia uma "jurisprudência pacificada" do STF e limita a aplicação da lei federal às demais unidades da federação. Ele aceitou para a possibilidade de julgar inconstitucional o uso do amianto, caso a Corte estivesse julgando a matéria de fundo envolvida na questão.

A lei federal que permite o uso controlado do amianto está sendo contestada no STF em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4066) de autoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA). O Relator é o Ministro Carlos Ayres Britto e não há previsão de quando ela será julgada.

(Fonte: <http://www.stf.gov.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=90404&caixaBusca=N.>)

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3058

Senhor Presidente:

O Deputado estadual adiante assinado no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a essa douta Mesa Executiva com fulcro no Regimento Interno dessa Casa de Leis e na Constituição do Estado do Paraná, licença para se ausentar do país entre os dias 25 e 30 de novembro do corrente ano.

O motivo da viagem é a participação em um encontro latino-americano para debater políticas públicas de água, denominado: "Cambio Políticos en Latinoamérica, Nuevas Políticas del Agua?" na cidade do México.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3064

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo nos dias 13 a 16 de novembro de 2008, no evento Encontro Parlamentar Empresarial Oportunidades e Negócios, a ser realizado em Montevidéu, Uruguai.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência na Sessão do dia 03 do mês corrente, devido a reunião com médicos do HC, na condição de Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3068

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, ao Presidente deste Legislativo, a liberação do grande expediente da Sessão Plenária do dia 20 de novembro do corrente ano, para o Hospital Erasto Gaertner - Superintendente Dr. Flávio Daniel Saavedra Tomasich.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 3059

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de pesar à família Romera pelo falecimento do empresário Adri-

ano Romera, de sua esposa Siolmar Romera e de seu sobrinho João Romera Neto, ocorrido no último dia 02.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia à família do Sr. Adriano e Siolmar, e a viúva do Sr. João Romera Neto, Sra. Anunciata Romera e familiares.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Esta última homenagem ao empresário Adriano Romera, à sua esposa Siolmar Romera e ao seu sobrinho João Romera Neto, tem como base a importância histórica dos mesmos na formação de Arapongas e da região norte do Paraná. Filhos de uma família de trabalhadores pioneiros estavam inseridos de maneira muito forte e positiva na vida de Arapongas.

O acidente que os vitimou chocou, toda a sociedade, podemos dizer, do Paraná.

Pelas atividades que desempenhavam tinham relacionamentos comerciais e industriais em vários estados brasileiros.

Adriano Romera, de 67 anos, além de industrial era fazendeiro e dono de mais de 40 estabelecimentos das lojas Daron e do Grupo Simbal uma das maiores fábricas de colchões e estofados da América Latina. As duas empresas tinham sede na cidade de Arapongas e filiais espalhadas em vários estados.

Seu sobrinho, João Romera Neto, também empresário, era proprietário de fábrica e da rede de lojas de Móveis Eletro e Informática Romera, que tem mais de 100 lojas no Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Adriano Romera e sua Esposa Siolmar Romera deixaram três filhos e cinco netos e seu sobrinho João Romera Neto deixa viúva Anunciata "Tata" Romera e dois filhos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a dor que abalou à família Romera, endereçando a eles, voto de profundo pesar.

REQUERIMENTO Nº 3062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Estevão da Silva, ocorrido no último dia 29/10/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 88 anos de idade, faleceu no último dia 29/10/08, o Sr. José Estevão da Silva. Deixou viúva a Sra. Maria Tereza da Silva, era pai do Vice-Prefeito de

Manoel Ribas. Sr. Pedro Estevão da Silva, deixou ainda filhos, netos e bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos e familiares de José encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou à família Silva endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3060

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de General Carneiro pela passagem, no próximo dia 19/11/08, do seu 47º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Joares Vicente Martins Ferreira, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Olcimar Benazzi, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que o próximo dia 19/11/08, quando o município de General Carneiro completará seus 47 anos de emancipação política.

General Carneiro tem sua história marcada pela disposição de luta de um povo que dia-a-dia constrói e amplia os horizontes de suas responsabilidades com suas forças e sempre auxiliado por Deus.

Toda população de General Carneiro está de parabéns sentindo-se deveras reconhecida pelo esforço e inteligência dos administradores.

Bem sabemos que o desenvolvimento de um país, não se mede pela quantidade do que produz. Pois, o verdadeiro grau de desenvolvimento se mede, também pela quantidade da atenção que se dá ao seu povo. O sentimento que deve mover o município, o estado e a nação chama-se solidariedade.

Nossas calorosas homenagens a toda população de General Carneiro pela colaboração em prol do desenvolvimento cada vez maior de sua hospitaleira cidade.

REQUERIMENTO Nº 3061

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Manguinhos pela passagem, no próximo dia 21/11/08, do seu 62º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Manoel Aparecido de Almeida, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Manguinhos.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na significativa data da comemoração dos 62 anos da emancipação política de Manguinhos, saudamos efusivamente o Sr. Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito municipal, ao Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores que continuam trabalhando com competência, seriedade e espírito de luta, trilhando sempre o caminho certo, inspirados pelo desejo de bem servir aos interesses da população.

Entregar-se ao estudo dos problemas do povo, com sacrifício de seus próprios afazeres; abdicar do direito ao descanso para trabalhar em favor dos munícipes; sacrificar o aconchego da família para zelar pelo bem-estar de seus conterrâneos, requer heroísmo e imensa dose de coragem.

É isto que podemos notar com o Sr. Prefeito e sua valorosa equipe de trabalho que estão sempre preocupados e comprometidos em fazer uma administração visando melhores condições de vida e, programas que beneficiem toda a população de Manguinhos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens ora prestadas às autoridades constituídas e a população geral na data comemorativa aos 62 anos de emancipação política de Manguinhos.

REQUERIMENTO Nº 3063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Iguaraçu pela passagem, no próximo dia 22/11/08, do seu 58º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Angelo Celso Zampieri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Leonel Schier, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do

Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

Com esta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem à toda população do município de Iguaraçu, que estará, no próximo dia 22/11/08, comemorando seus 58 anos. Cremos que as dificuldades, no decorrer de todos esses anos foram muitas, mas, com certeza, as realizações também foram em número expressivo.

Pois, é com muito orgulho que a população irá comemorar festivamente a passagem de seus 58 anos. Assim sendo, elevamos nosso pensamento a Deus para que abençoe os seus administradores e todo o povo em geral que tem colaborado para o desenvolvimento do município.

Ao contentamento da população de Iguaraçu, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar como representante do povo, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 3070

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao médico Paulo Toyosi Nishimura. Casado com Neide Akimi Toda, com quem teve quatro filhos - Paulo, Eduardo, André e Fábio - o Dr. Paulo é Cirurgião Plástico especializado em estética reconstrutora. Nascido em Londrina, atualmente reside em São Paulo, onde possui clínica de prestígio internacional e desenvolve trabalho exemplar com pessoas vítimas que queimaduras, com destaque para a sua atuação, como idealizador e principal artífice, na campanha de prevenção de queimaduras voltada para alunos do ensino fundamental. Essa iniciativa resultou na produção de 10.000 (dez mil) cartilhas, em formato gibis, as quais ensinam medidas de prevenção de queimaduras por meio de história escrita gratuitamente pelo famoso cartunista Maurício de Souza, que a ela emprestou seus já famosos personagens e nela incluiu como um de seus personagens principais, o cirurgião "Dr. Paulo Meximuda", personagem cuja criação foi inspirada na vida do Dr. Paulo Nishimura.

Esta Casa se sente honrada em reaver a história de vida e a capacidade de realização do Sr. Paulo Toyosi Nishimori, e presta, com júbilo, esta merecida homenagem a ele.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento do Dr. Paulo Toyosi Nishimura.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 3067

Senhor Presidente:

Requer seja encaminhado a Mesa Executiva, solicitando voto de louvor ao Dr. Alberto de Paula Machado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, pelos excelentes serviços prestados a sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3101

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná solicitando os documentos a respeito das contas estaduais a seguir relacionados: Parecer 10323/01; Parecer 4379/01; Parecer 10334/02; Parecer 6806/02; Informação 040/01; Informação 070/02; PCE 13702-2/01; PCE 257250/02; Instrução 040/01.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 920 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

É prerrogativa do membro do Poder Legislativo fiscalizar as contas públicas e os documentos solicitados estão relacionados a este objeto.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 476/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Casa de Repouso Maanain, com sede no município de Rolândia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Repouso Maanain, com sede em Rolândia, realiza trabalho em uma das áreas mais críticas de nossa sociedade, promovendo assistência aos idosos, assegurando a integridade física e psíquica, bem como

alimentação, moradia, higiene pessoal e tudo aquilo que for necessário para a qualidade de vida dos idosos, como também, as atividades na área de Saúde e de Serviço Social. É uma ação maravilhosa, com excelentes resultados, isso graças ao incessante trabalho de uma bem preparada equipe que trabalha na Casa de Repouso Maanain, haja vista que as pessoas ali instaladas e cuidadas já nos ensinaram tantas coisas, já contribuíram tanto para nosso Brasil e merecem um tratamento digno como esse que a entidade lhe oferece.

PROJETO DE LEI Nº 477/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, no município de Guaíra, o Batalhão da Polícia Militar da Fronteira.

Art. 2º O Poder Executivo através da Secretaria de Segurança regulamentará a presente propositura.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que visa criar, no estado do Paraná, o Batalhão da Polícia Militar da Fronteira, a ser instalado no município de Guaíra.

Uma estimativa feita pela Prefeitura de Guaíra mostra que na cidade existem pelo menos 800 pessoas ligadas diretamente ao crime do contrabando. "São moradores que vivem ou se relacionam com o crime organizado, principalmente o contrabando de cigarros", relata o Secretário Municipal de Planejamento, Josemar Ganho.

A atividade clandestina é um problema que afeta diretamente aos empresários da cidade. A falta de mão-de-obra é um empecilho. "Temos dificuldades para contratar gente para trabalhar. Poucos aceitam ganhar em um mês o que podem ganhar em dois ou três dias 'passando' cigarros", afirma Jair Schillemer.

"Esse é o grande problema aqui em Guaíra. O contrabando é encarado como um trabalho, uma ocupação, e não como um crime", revela o Delegado-Chefe da Polícia Federal, Érico Ricardo Saconato. "E o pior é que esse é um crime que não dá cadeia. Como a pena é de apenas de um a quatro anos, as pessoas são liberadas e voltam a cometer o mesmo delito."

No combate ao crime, a Polícia Federal tem se deparado com uma situação inusitada. Muitos atravessadores utilizam carros velhos para o transporte das mercadorias, já que em caso de apreensão o prejuízo com a perda do veículo é pequeno. "Mas, de um tempo para cá, eles descobriram que existe uma forma ainda mais barata de transporte: a carroça", conta o Delegado Saconato.

Sendo assim, a instalação do Batalhão da Polícia Militar da Fronteira traria enormes benefícios a população da região, que teria muito mais segurança, proporcionando a todos um progresso social substancial.

PROJETO DE LEI Nº 478/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei nº 7567, de 08/01/82, alterada pelas Leis nºs 12830, de 11/01/00 e 13562, de 16/05/02, que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º São filiados obrigatórios da Carteira da Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores instituída pela Lei nº 7567/82, os escrivães, notários e registradores não remunerados pelos cofres públicos."

"Art. 5º O Conselho de Previdência Complementar - CONPREVI será constituído por 13 membros, sendo um de cada ofício de justiça do foro judicial e extrajudicial, um inativo, um indicado pela ASSEJEPAR e um indicado pela ANOREG/PR com mandato de 2 (dois) anos, formado por um Presidente, e 12 (doze) Conselheiros. A indicação dos Conselheiros será feita em reunião extraordinária, a ser realizada na primeira quinzena do mês de dezembro, convocada para esse fim, compondo os 13 (treze) indicados mais votados e na ordem de sufrágio que adjudicarem, sendo que os 3 (três) primeiros mais votados formarão a lista triplíce para concorrer a Presidência, dentre escrivães, notários e registradores em atividades, que será aprovado e nomeado pelo Conselho Superior."

"Art. 6º O Conselho Superior será constituído pelos ex-Presidentes do Conselho de Previdência Complementar - CONPREVI, que tenham cumprido integralmente pelo menos um mandato e pelos Presidentes da Associação dos Notários e Registradores - ANOREG/PR, Associação dos Serventuários da Justiça - ASSEJEPAR, e do atual Presidente do Conselho de Previdência Complementar - CONPREVI, e dois membros escolhidos pelo Conselho Superior dentre os escrivães, notários e registradores em atividade, esses não podendo exercer cargos administrativos.

Parágrafo Único. O Conselho Superior será presidido por um membro eleito entre eles na primeira reunião do conselho da nova gestão."

"Art. 11. A receita da carteira é constituída:

I - pelos recursos oriundos das deduções das custas devidas pelos autos praticados e registrados conforme regimento de custas em vigor, nas serventias do foro judicial e extrajudicial, das comarcas de entrância inicial,

intermediária e final, respectivamente, de acordo com a tabela elaborada pelo CONPREVI e aprovada pelo Conselho Superior, devendo ser alterada sempre que se tornar insuficiente para suprir as despesas da Carteira, com base em cálculo atuarial;

II - de multas, juros e correção monetária decorrentes de infrações a esta lei;

III - do produto das aplicações da receita disponível;

IV - pelas doações, subvenções, participações e eventuais repasses ou transferências de recursos pelo Poder Público ou por terceiros.

§ 1º Dos recursos citados pelo inciso I (Programas Especiais) do presente artigo, será destinado 14% (quatorze por cento) às Associações de Classe, ANOREG/PR e a ASSEJEPAR, o equivalente das contribuições judiciais à ASSEJEPAR e o equivalente das contribuições notários e registradores à ANOREG/PR e 2% (dois por cento) à Escola dos Escrivães, Notários e Registradores, que terá a responsabilidade de administrar cursos para os escrivães, notários e registradores. O percentual de 4% (quatro por cento), para programas especiais aos filiados das entidades mencionados neste artigo, congressos, serviços advocatícios e assistência aos titulares de cartórios necessitados, outros.

§ 2º Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Superior.”

“Art. 13. Os recolhimentos efetuados fora do prazo estão sujeitos à multa moratória de 10% (dez por cento), de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária calculada com base no índice de reajustamento adotado pelo Governo.

Parágrafo Único. Ultrapassado o prazo de 90 (noventa) dias, sem que tenha sido feito o recolhimento devido, após a denúncia do CONPREVI, o responsável em exercício pela serventia sofrerá pela disciplinar a critério do Corregedor da Justiça, e será afastado com duração até a regularidade para com a Carteira, caso não aconteça a regularidade dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, ficará a sua delegação cassada.”

Art. 2º Ficam suprimidos os incisos I, II, III, IV, V e VII do artigo 4º da Lei nº 7567, de 08/01/82.

Art. 3º Fica acrescida alínea “d” ao artigo 8º da Lei 12830, 11/01/00, com a seguinte redação:

d) aprovar o balanço contábil anual da carteira, após auditoria externa.

Art. 4º Ficam acrescentados os seguintes artigos no capítulo IV - Das Fontes de Receita e sua Aplicação, da Lei nº 7567, de 08/01/82, alterada pelas Leis nºs 12830, de 11/01/00 e 13562, de 16/05/02.

“Art. 11-A. O resultado superavitário dos planos de benefícios da carteira, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados

planos, será destinado à constituição de reservas de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de vinte e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.

Art. 11-B. As informações requeridas formalmente pelos escrivães, notários e registradores ou aposentados, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal específico deverão ser atendidas pela carteira no prazo máximo estabelecido pelo regimento interno.

Art. 11-C. A carteira dos escrivães, notários e registradores poderá, terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de instituição especializada autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou outro órgão competente.

Art. 11-D. Sem prejuízo do benefício, prescreve em cinco anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.

Art. 11-E. As reservas financeiras da Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores serão divididas em partes iguais, de 50% para programas especiais e 50% para fins previdenciários.”

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores é uma instituição de solidariedade social, sem fins lucrativos que não distribui lucros nem remunera seus diretores;

Considerando que possui objeto de relevante valor social como pagamento de complemento de aposentadorias, pensões e outros pecúlios a pessoas, algumas até com mais de 90 anos de idade;

Considerando que a Lei de Criação da Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores - CONPREVI foi editada em 1982, portanto, há mais de 26 anos;

Considerando que após essa data houve a edição de uma Constituição Federal que alterou o panorama jurídico nacional, criando em lugar do vetusto estado autoritário, um novo estado social e democrático de Direito mais preocupado com o social e valores da dignidade da pessoa humana, artigo 1º, III e 170 da Constituição Federal;

Considerando que em 2001, houve a edição da Lei Complementar nº 109/01, que regulamenta no país o sistema de Previdência Complementar;

Faz oportuno o ensejo para algumas adaptações e mudanças no texto da Lei Estadual nº 7567/82 à Lei Complementar nº 109/01, bem como à Constituição Federal de 05/10/88.

Deste modo, sugere-se que seja dada nova redação a alguns artigos e acrescentados outros na antiga lei que criou a Carteira de Previdência Complementar dos Escrivães, Notários e Registradores para torná-la mais adequada às novas disposições da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 109/01, consolidando-se, ainda, as Leis nºs 12830 de 12/01/00 e 13562 de 12/06/02, renumerando-se em ordem cronológica dos artigos, alguns truncados. por exemplo, os artigos 9º da Lei nº 7567/82, artigo 10 da Lei nº 12830/00, artigo 11 da Lei nº 7567/82, com sua nova redação pela Lei nº 12830/00, estão conflitantes entre si, embora destinam-se a reger situações diversas, em outros casos onde deveria referir-se a alteração do artigo 9º, alterou-se o artigo 10, por tudo isso, merece que seja feita uma revisão geral, tornando-a mais lógica e compatível com as modernas técnicas legislativas.

PROJETO DE LEI Nº 479/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório o cadastramento dos prestadores de serviços de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança, bem como dos respectivos cursos de treinamento, formação e habilitação, pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

§ 1º São considerados instaladores de sistema de segurança, para os efeitos desta lei, os profissionais que realizarem a venda, instalação e manutenção de todo e qualquer dispositivo ou equipamento de segurança para imóveis e veículos, inclusive a revenda de materiais e ferramentas utilizadas para esse fim.

§ 2º Os prestadores de serviços de que trata esta lei deverão afixar, em seus estabelecimentos, de modo visível ao público, os seguintes documentos fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública:

1 - comprovante de seu cadastramento conforme o artigo 1º desta lei;

2 - atestado de idoneidade moral.

§ 3º Os prestadores de serviços de que trata esta lei, quando em atividades externas, deverão apresentar ao cliente documento de identificação funcional, a ser fornecido pela Secretaria da Segurança Pública.

Art. 2º Caberá ao estado, por meio da Secretaria da Segurança Pública, no âmbito de sua competência e na forma a ser regulamentada, a disposição de normas disciplinares, bem como o rigoroso controle e fiscalização quanto:

I - às atividades de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança;

II - aos cursos que formam, dão treinamento ou habilitam os prestadores de serviços de que trata esta lei;

III - à revenda de materiais e ferramentas utilizadas na execução das atividades descritas no inciso I deste artigo.

Art. 3º Os prestadores de serviços de que trata esta lei manterão controle, por meio de formulário padronizado, de informações sobre os serviços executados, as vendas efetuadas, os respectivos clientes e a autorização destes para a sua realização, na hipótese de instalações.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05/11/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa ampliar a segurança da população e aos usuários de sistemas de segurança em todo o estado do Paraná. Embora se parta do pressuposto de que os profissionais de sistemas de segurança sejam, em sua quase totalidade, pessoas idôneas, temos que salientar que o controle sobre a atividade representa um grande avanço para a segurança pública.

A criação de mecanismos que imponham maior segurança à população devem, em sua totalidade, serem incentivados. Não se busca a regulamentação das profissões, mas tão somente que se restrinja a facilidade na obtenção de instrumentos, ferramentas e, principalmente a prática de atividades de instalação e manutenção de sistemas de segurança.

Verifica-se que nas mais variadas ocorrências policiais são encontrados e apreendidos em poder dos criminosos inúmeros instrumentos como chaves "virgens", mixas, saca-trava de veículos entre outras máquinas e aparelhos mais sofisticados, como até transponders computadorizados que fazem cópias de chaves com micro-chips.

A importância deste projeto reside na formação de cadastro, junto a Secretaria de Segurança, para um maior controle, onde se preservaria e garantiria a prática profissional dos bons profissionais e restringiria a atuação de eventuais mal intencionados.

O tema segurança tem sido o grande problema da vida moderna e o grande clamor popular que nos assola é por isso que cada vez mais temos que nos debruçar sobre o tema e apoiar todas as medidas que contribuam para a sua melhora.

São estas as razões, que nos levam a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, na expectativa de que seja discutido e, ao final, aprovado na devida forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de passar ao Pequeno Expediente, como Presidente da Casa gostaria de fazer menção a uma data

histórica onde o país mais forte, democraticamente, elege o primeiro Presidente negro. Todos esperamos uma América pacífica, com mais solidariedade. Portanto, as nossas homenagens ao democrata eleito, Barack Obama.

Pequeno Expediente:

Com a palavra no Pequeno Expediente, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com essa eleição de Barack Obama, creio que o mundo espera um líder político como ele e é o desejo de que as regras mundiais sejam equânimes, que não haja proteção naquilo que é igual. Existe uma economia mundializada, mas no fundo a democracia pressupõe regras iguais nas questões alfandegárias, principalmente. Acredito que essa questão dos subsídios, que existem nos Estados Unidos e na Europa, é o grande problema para o povo brasileiro. Se equiparamos as políticas no sentido das importações e exportações, nesse setor, acho que o Obama tem um papel estratégico nisso.

O Obama poderia liberar, convocar o próprio Lula, que tem tanto defendido isso, e acredito que as regras democráticas mundiais se consolidariam de forma muito mais rápida. Esse é o desejo do povo brasileiro, com certeza, e vamos depositar essa esperança para que os países mais ricos sejam mais generosos, do ponto de vista dos princípios verdadeiramente democráticos, para que haja mais democracia nas participações do comércio internacional.

Sr. Presidente, hoje é um dia de comemoração para mim e para mais de 5 mil profissionais no Paraná. Hoje é o Dia do Técnico Agrícola, inclusive hoje estão nas galerias de honra os representantes do Sindicato dos Técnicos, lideranças do SINTEA-PR, que é o Sindicato dos Técnicos Agrícolas, acompanhando esta Sessão. Os técnicos são responsáveis por, em torno 70% da assistência técnica, e a profissão do técnico foi criada em alusão a Lei nº 5524/68. O primeiro colégio agrícola do Brasil surgiu na cidade de Viamão, em 1911. Portanto, em 2011 teremos 100 anos dessa profissão.

Com muito orgulho, o Paraná tem 17 colégios agrícolas públicos e tem um privado. Os colégios agrícolas foram retomados no atual Governo. Estamos formando muitos técnicos agrícolas em várias áreas, na área da pesca, na área agropecuária, na área ambiental, e os técnicos têm várias competências de acordo com as regulamentações. Podem atuar, por exemplo, como responsáveis técnicos por empresas de consultoria agropecuária, topografia e comércio de agrotóxicos, além de realizar projetos agropecuários, de crédito rural, seguro agrícola, pareceres técnicos, assistência técnica laudos de licenciamento ambiental, transformação agroindustrial,

agricultura, receitas agrícolas, fiscalizações agropecuárias e ajardinamentos, dentre outras funções.

Os técnicos agrícolas têm atuação destacada na rede pública estadual, na rede pública federal, nos órgãos federais e estaduais, e de fato merecem a nossa homenagem neste dia tão importante, que é o dia 5 de novembro, aqui na Assembléia Legislativa.

A Assembléia teve participação também votando, no ano de 2004, a Lei nº 14350, que definiu também o Dia do Técnico Agrícola, aqui no Paraná. Portanto, esta data merece ser reconhecida.

Eu que tomei posse em 2003 lembro, com muito orgulho, que o Governo Federal mudou um decreto para as questões das profissões de técnicos e o Governo do Estado, imediatamente, trabalhou intensamente para que os colégios agrícolas do Paraná fossem retomados. Essa profissão, de fato, é reconhecida, são os técnicos que vestem a botina, que fazem a extensão, que dão assistência técnica aqui no Paraná, através da EMATER, através da SEAB. Apesar de que ainda existe uma defasagem de técnicos nesse setor, o Governo já contratou, através de concurso público, neste Governo alguns profissionais, mas ainda carece e é necessário que o sindicato lute para ter mais concurso público para atender a extensão rural, para que o órgão de fomento, que é a EMATER e também pelo órgão da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, tenha mais técnicos profissionais para atender o nosso produtor.

Neste dia, portanto, a minha homenagem a todos os técnicos agrícolas do Paraná, representados aqui pelo SINTEA-PR e também pela Associação dos Técnicos Agrícolas do Paraná - ATAEPAR. Então o SINTEA e a ATAEPAR estão de parabéns, em nome de todos os técnicos agrícolas, os mais de 5 mil técnicos agrícolas que estão comemorando hoje o Dia Nacional do Técnico Agrícola, que é uma profissão, de fato, reconhecida no país afora, e também aqui no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, eu estava conversando com a minha assessoria, agora, eu ia falar rapidamente algumas coisas sobre as eleições nos Estados Unidos, mas a nossa assessoria já informou que o Presidente da Casa já fez as suas considerações. Apenas para lembrar também, e que me perdoe o Deputado Nelson Justus que já fez as considerações em relação às eleições dos Estados Unidos, mas nós como Partido Democratas aqui no Brasil, e aqui os Democratas tem cinco Parlamentares na Assembléia Legislativa, é justo que lembremos, não pelo fato do

Obama ser do Democratas, mas acho que os Estados Unidos, apesar de todos os defeitos que o mundo inteiro atribui a essa nação pela crise econômica que atravessamos hoje, mas é o momento também de reconhecer o sistema democrático e a democracia que reina naquele país. Embora que nem sempre nos Estados Unidos o mais eleito seja o vitorioso, já que a eleição lá se decide pelos Delegados, o candidato que ganha em determinado estado leva 100% dos votos do seu partido em favor da sua candidatura, com exceção de dois estados que têm já a proporcionalidade dos Delegados em relação aos votos que obtém o candidato à Presidente da República.

Acho que o mundo inteiro, como toda a grande imprensa, tem noticiado desde a madrugada de hoje, agora de meio-dia, e com toda a certeza, os jornais que não conseguiram estampar nas suas páginas no dia de hoje a vitória de Barack Obama, nos Estados Unidos, sobre o seu adversário republicano. O que a imprensa faz entender é que foi a torcida do mundo inteiro, principalmente de alguns países da Europa, como a França, a Alemanha, alguns outros países que abertamente estavam torcendo pela vitória do democrata nos Estados Unidos.

Esperamos que esta crise que vivemos hoje e que o próprio Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio da Silva, quando começou a se agravar, ele disse que a tsunami que se instalou nos Estados Unidos e está indo para Europa, quando chegar no Brasil apenas será uma marola. Sabemos que não é dessa feita, que devemos encarar a crise que atravessa o mundo inteiro. Esperamos que, como sendo os Estados Unidos a maior potência do mundo, hoje, que Barack Obama seja iluminado.

Fiz questão, Presidente Nelson Justus, de usar esse horário do Pequeno Expediente, para fazer essa consideração. Qual é o governante no Brasil, hoje, seja Presidente da República, ou Governador, ou Prefeito - se existem, são muito poucos - passada a eleição, o derrotado reconhece e telefona para o vitorioso, dá o parabéns a ele e diz que haverão de trabalhar juntos? Como o próprio Presidente da República, Bush, abre também as portas da Casa Branca, como a imprensa tem noticiado hoje na televisão e temos assistido isso, para que o Barack Obama possa chegar lá, desde agora, para se situar, acompanhar aquilo que está acontecendo tanto na área econômica e também aquilo que envolve a economia mundial, em relação aos Estados Unidos e às próprias guerras em que eles estão envolvidos. Esperamos que Barack Obama seja iluminado, que possamos viver a calmaria, principalmente no setor da economia, já que ela é globalizada. Que possamos viver a normalidade e devolver a tranquilidade para os investidores que geram o desenvolvimento econômico em todos os países. Em todos os países, quem gera o desenvolvimento são os empresários e eles têm que ter a garantia de uma estabilidade econômica.

Espero que o novo Presidente dos Estados Unidos possa devolver ao mundo a paz, a tranquilidade e que possamos viver de novo na nossa economia estabilizada.

Nós, aqui da tribuna, queremos enaltecer, como fez o Presidente da Casa Nelson Justus, a vitória do Barack Obama. Com toda a certeza quem ganha é a democracia. Que bom, onde reina a democracia nos países do nosso continente.

Um grande abraço aos nossos irmãos americanos e que sejam bem sucedidos.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Registrar as ausências do Deputado Péricles e da Deputada Luciana, que estão em Brasília acompanhando uma audiência com o Ministro Fernando Haddad sobre a questão da VIZIVALE. E do Deputado Luizão que está com problemas de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Bancada do PT está reduzida hoje.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Estamos aqui firmes e combativos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da imprensa, cidadãos do Paraná.

Subo à tribuna no Pequeno Expediente, para falar de mais um projeto de nossa autoria, que estará sendo votado na tarde de hoje, de nº 231/08. O projeto tem a seguinte súmula: "Institui a semana de prevenção do diabetes na rede pública estadual de ensino." Hoje milhares de pessoas, infelizmente, são acometidas dessa doença, que é uma patologia crônica, que pode se manifestar depois dos 25 anos. Muitas crianças, alunos da rede pública de ensino poderão receber todas as informações e orientações de especialistas, de professores, que poderão ser orientados também nesta semana de prevenção do diabetes. Poderemos, inclusive, fazer os encaminhamentos necessários para as crianças, para que elas recebam o tratamento específico para a devida patologia.

Portanto, acho que é um bom projeto, Deputado Batista, o senhor que é médico sabe que muitas crianças, muitos jovens e adolescentes infelizmente não sabem que possuem a doença, que pode se manifestar muito tardiamente. Se conseguirmos, através de palestras, de orientações de médicos especialistas, identificar os estudantes da rede pública de ensino que possuem essa patologia, poderemos fazer realmente os encaminhamentos.

Então, é o Projeto nº 231, que será votado daqui a pouco, que institui a semana de prevenção do diabetes, levando ao conhecimento dos alunos, pais e responsáveis, informações sobre a doença; orientação também aos pais

sobre a prevenção, diagnóstico, o tratamento adequado e também a detecção de possíveis casos de diabetes entre os alunos. E realizar os encaminhamentos para acompanhamentos médicos especializados.

Vou pedir o apoio dos nobres Pares, Srs. Deputados, para a aprovação de mais um projeto na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Deputado Augustinho Zucchi (PDT)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer um registro aqui da nossa participação na Comissão Executiva que está trabalhando para que a Copa do Mundo venha para Curitiba em 2014. Ou seja, que Curitiba possa ser uma das subsedes da Copa do Mundo, entre as 10 ou 12 cidades que serão escolhidas no nosso país.

E quero fazer uma referência a V. Exa., que na terça-feira passada, quando da posse dessa Comissão no Palácio das Araucárias, aonde o Governador em exercício Orlando Pessuti coordena esta Comissão, nomeada que foi por um decreto do Governador Requião, V. Exa. me determinou para que acompanhasse, em nome da Assembleia, essa Comissão em todos os seus atos.

Naquele momento, na terça-feira passada, a Comissão foi até o Rio de Janeiro, aonde fez parte a Federação Paranaense de Futebol, o Fleury, Presidente do Clube Atlético Paranaense, que dispõe do estádio que pode dar a condição, segundo a FIFA exige, para o estado estar apto a receber a Copa do Mundo. Estiveram lá também membros da Prefeitura Municipal; o Secretário do Turismo; do IPPUC, Dra. Suzana, enfim várias pessoas que integraram esta comitiva. E entregamos este documento do Paraná, que teria prazo até o dia 15 de novembro, e o Paraná foi o primeiro a entregar à Confederação Brasileira, ao Presidente Ricardo Teixeira, este documento do estado se comprometendo a seguir todos os passos exigidos pela FIFA para que tivéssemos aqui a possibilidade de ter Curitiba como uma das sedes da Copa do Mundo.

Isso não é pouco. O próprio Presidente Ricardo Teixeira colocou os dados lá. A Copa do Mundo é o evento mais assistido na face da Terra. É um evento que conta com uma audiência duas vezes maior do que as Olimpíadas. E é um evento que pode nos dar condição de ter muita coisa aqui: investimento na infra-estrutura, investimento no turismo, investimento social. Podemos ter um legado aqui no Paraná da Copa do Mundo que certamente vai beneficiar o estado por muitos e muitos anos.

Podemos ter um diferencial e Curitiba é uma capital diferenciada. Não se imagina que tenhamos 10,

12 estados sendo escolhidos e que o Paraná, primeiro estado produtor do Brasil, com uma capital que tem referência não apenas no país, mas internacionalmente falando, que já sediou eventos internacionais, que tem a condição de estrutura de sediar a Copa e que não tenhamos aqui a possibilidade de receber a Copa do Mundo.

Então, ontem, Sr. Presidente, estivemos em Brasília, esteve lá também presente a Deputada Cida Borghetti, que aqui está, participamos de uma audiência com o Ministro Paulo Bernardo, com o chefe de gabinete do Presidente da República, Dr. Gilberto Carvalho, e segunda-feira, às 15h30, o Ministro dos Esportes estará fazendo uma visita a Curitiba e todos nós, Sr. Presidente, estaremos nessa Comissão recebendo aqui em Curitiba o Ministro dos Esportes. Ele vai aqui fazer uma visita, estará em contato com essa Comissão, vai conhecer o potencial da nossa capital para que ele possa, junto conosco, defender a cidade de Curitiba para sediar a nossa Copa.

Ontem também nessa programação, liderada pelo Governador em exercício, Orlando Pessuti, estivemos no Congresso Nacional, num almoço no Senado da República, onde reunidos os Deputados Federais e os três Senadores, Osmar Dias, Flávio Arns e Álvaro Dias, tivemos a oportunidade de explanar à bancada...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

...Obrigado. Tivemos então lá a oportunidade de explanar à bancada federal o que significam os investimentos que terão que ser feitos pelo Governo do Estado, pela Prefeitura Municipal, pelo Governo Federal e também pela iniciativa privada. E a Bancada Federal tem um papel importante, porque neste momento está se discutindo o orçamento, assim como estamos discutindo o nosso orçamento a nível de estado, e portanto, obras que são importantes do ponto de vista do nosso estado poderão e deverão receber a contribuição da bancada federal para que possamos dar a garantia de que o estado do Paraná vai fazer os investimentos necessários, conforme a exigência da FIFA.

A FIFA, Sr. Presidente, exigiu vários itens que foram todos cumpridos aqui pelo estado e em março, na Suíça, teremos a definição de quais são as cidades. Ontem, o Ministro Paulo Bernardo disse que o Presidente Lula determinou ao Ministro dos Esportes que enviasse uma carta ao Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, dizendo que deveriam ser escolhidas 12 capitais e não apenas 10, conforme estava preliminarmente decidido pela CBF. Doze, porque um país desta magnitude e amplo como é poderia e tem a condição de abrigar esses jogos em diferentes locais, com uma boa infra-estrutura, e que possa ter em cada região do Brasil praticamente a

representação e participação da Copa do Mundo naquele momento que será realizada aqui em 2014.

Então, quero ressaltar, Sr. Presidente, a nossa participação que se dá em nome desta Casa de Leis, que se dá em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, e uma das coisas importantes, primeiro se discutia qual era o estádio, como que poderia ser, esse é um fator já superado, porque o estado do Paraná, quando solicitado pela FIFA, já indicou que seria o estádio do Clube Atlético Paranaense, que ainda terá que receber muito investimento, mas, enfim, que nós, no Brasil inteiro se sabe que é o que teria, neste momento, as melhores condições. Mas enfim, isso é fato superado, até porque posteriormente a FIFA é que vai definir onde os jogos serão realizados e de que forma serão realizados, se teremos a primeira fase, a segunda fase, ninguém ainda sabe de que forma os jogos seriam realizados aqui. Mas o que é importante dizer é que o Paraná tem que se unir para que tenhamos a realização da Copa do Mundo aqui.

Seria muito ruim para o estado perdermos esta oportunidade. Em outros países onde aconteceu a Copa do Mundo vimos a dimensão que isso tem, o que significa para o local, para o estado, para o município onde ocorre a Copa do Mundo. Vemos a mobilização de milhares de trabalhadores em infra-estrutura, onde vemos o deslocamento de milhares de pessoas, vemos a cidade onde estão sendo exibidos os jogos da Copa do Mundo serem assistidos por milhões de pessoas em todo mundo.

Quer dizer, é algo fundamental para o Paraná, para Curitiba, até porque temos condição de integrar até Santa Catarina, se Santa Catarina for escolhida, como é o caso de Florianópolis, Blumenau, Joinville e outras cidades que podem se somar a Curitiba no momento da definição.

Quero deixar claro aqui, Presidente, que cumprimos com a missão determinada por V. Exa. Não se esgota o trabalho por aqui, esta Comissão tem feito um trabalho extraordinariamente bem organizado, quero parabenizar esta Comissão, um trabalho extraordinariamente bem colocado. Acho que se trabalharmos da forma que estamos trabalhando, e ontem o objetivo nosso, do Paraná, era pedir aos paranaenses que fazem parte do Governo Federal, do primeiro escalão, para que nos ajudem, para que nos dêem uma força política, uma força de uma palavra a favor do nosso estado e da nossa capital!

Sabemos que se continuarmos com esse trabalho temos grandes chances de ter aqui a realização da Copa do Mundo. Senti, particularmente, no Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, que sem dúvida nenhuma Curitiba e o Paraná têm as credenciais necessárias para que a Copa do Mundo possa aqui se realizar. Isso só não seria feito se não cumpríssemos com a nossa parte, mas como a lição de casa está sendo feita, quero destacar aqui o trabalho da Prefeitura Municipal, através da Secretaria do Esporte, através da Secretaria do Turismo, quero destacar aqui o papel do estado, o papel do IPPUC, quero destacar aqui todo o papel da sociedade que está envolvida nisso, das entidades que são ligadas ao esporte.

Enfim, poderia dizer, Sr. Presidente, que hoje o Paraná está unido em favor desta busca que é a realização dos jogos da Copa do Mundo na nossa capital, na nossa Curitiba e portanto beneficiando o nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns, Deputado.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, quero me somar ao pronunciamento do nosso Presidente Deputado Nelson Justus e do Deputado Rusch, que falaram sobre a eleição do Presidente dos Estados Unidos, Obama. O que mais me chamou a atenção nos pronunciamentos foi a questão do que representa para os Estados Unidos a eleição de Barack Obama e para o resto do planeta.

Ontem, olhando as reportagens, o que chamava a minha atenção era o número expressivo de eleitores que foram às urnas. Gente que já tinha deixado de votar por anos consecutivos e que voltavam às urnas esperançosos de um novo viver na América, do construir dos sonhos de cada um. Então, tomara, vamos torcer muito, mais do que felicitar a América, mais do que felicitar os americanos e felicitar o Presidente eleito, praticamente eleito, porque o colégio eleitoral só vai referendar os votos conseguidos no estados, mais do que felicitar, torcer, torcer muito para que daqui a quatro anos possamos dizer que realmente valeu a pena os americanos irem para as urnas, voltarem a acreditar, voltarem a participar do processo eleitoral e que daqui a quatro anos o nosso planeta esteja um pouco melhor. Principalmente no tocante às políticas ambientais, no tocante às políticas que assegurem a paz à humanidade.

Queria solicitar ao Presidente Nelson Justus a atenção para o Projeto de Lei nº 737/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que proíbe animais em circo. Já foi apresentado um projeto semelhante a esse na legislatura passada e não prosperou nesta Casa. Agora, no dia 18 de outubro de 2007, o Deputado Luiz Nishimori reapresentou esse projeto, ele foi para a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, onde sou Vive-Presidente e apresentei uma emenda a este projeto, porque soube de antemão que esse projeto não prosperou na legislatura passada, porque não estava muito claro se ele se referia a animais em circo, poderia ser estendido a animais de rodeio, de processo científico, de laboratórios. Por isso não prosperou. Tomei o cuidado de apresentar uma emenda restringindo esse projeto a proibição de animais em circo. E hoje ele se encontra na CCJ, desde o dia 05 de março, esperando a liberação para que venha para Plenário.

Assistimos no domingo uma reportagem no Fantástico, que mostrava as barbaridades a que são submeti-

dos os animais em circo. Não só no cuidado, na manutenção, no manter os animais no circo, mas principalmente no processo de adestrá-los para que eles possam ser exibidos nos espetáculos.

Gostaria de fazer este pedido ao Plenário e à CCIJ, para que esse projeto venha ao Plenário para que possamos votá-lo. E se Deus quiser aprová-lo, porque não precisamos desse tipo de submissão dos animais para que possamos levar gente para os espetáculos. A pesquisa da Rede Globo mostrou, eles fizeram uma enquête rapidamente, 96% das pessoas que lá opinaram disseram ser contrários à exibição de animais em circos. Com relação ao que faríamos com os animais, poderíamos devolvê-los ao zoológico, os que puderem ser reinseridos nas matas, nas florestas e os que não puderem vão para os zoológicos, onde será mais propícia a sua apresentação e a sua apreciação.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que acompanham a Sessão desta Casa de Leis.

Inicialmente para festejar a concretização do grande sonho daquele cidadão que um dia foi assassinado na sacada de um hotel nos Estados Unidos, aquela frase famosa para o mundo: "Eu tenho um sonho...". E esse sonho de Martin Luther King se concretizou na madrugada de hoje com a vitória de um negro para um dos mais altos cargos de dirigentes do planeta Terra.

Barack Obama, creio que a vitória dele vem ao encontro dos grandes sonhos de Martin Luther King e vem dentro daquilo que Deus quer de todos nós, que é a integração, que vivamos em clima de irmandade e de respeito mútuo, independente da cor da pele. Creio que a vitória de Barack Obama foi semelhante à do Presidente Lula aqui no Brasil, pois tinha que chegar um dia, até por experiência, que se colocasse na presidência um operário e o Brasil matou essa curiosidade.

Um outro desejo que grande parte do Brasil ainda tem e que não se realizou, é ver uma mulher na presidência da República. Roseane Sarney chegou muito perto disso, mas foi vítima de uma campanha difamatória, uma campanha muito bem articulada, pois quando ela aparecia com grande chance de ser eleita Presidente, eis que armaram todo um esquema para desmoralizá-la e o Brasil perdeu a chance, em Roseane Sarney, naquele momento de ver uma mulher na Presidência da República. Queira Deus que esse dia chegue também no Brasil e que possamos ver uma mulher na Presidência ou um negro também comandando a nossa nação, e que nos vários países as mulheres também possam chegar ao cargo de Chefe da

nação, como tentou a Hillary Clinton e acabou perdendo a indicação para Barack Obama.

O nosso voto é de que esse novo Presidente americano seja feliz, porque quer queira, ou quer não, quando a locomotiva do mundo descarrila - essa locomotiva é o sistema capitalista, dominado pelo americano - o povo aqui embaixo é quem paga a conta e muitas vezes até o mais pobre, que não tem a menor noção do que é uma Bolsa de Valores, acaba pagando a fatura, e pagando muito caro. Então, que seja feliz o Presidente americano Barack Obama, para inclusive ficar bem patenteado que não está na cor da pele a competência, a dignidade e o jeito de bem administrar uma grande nação como os Estados Unidos da América.

É sabido que o povo americano é odiado no mundo inteiro, mas o mundo inteiro gosta dos Estados Unidos porque quase o Mundo inteiro vai fazer turismo nos Estados Unidos - gostam do país, mas têm bronca do povo americano, talvez até pelo fracasso do Governo de George Bush. Creio que esse clima de ódio que se espalhou pelo Mundo, agora com Barack Obama sirva para restaurar o respeito do povo americano em todos os países do nosso planeta.

Por último, acompanhamos o pronunciamento do nobre Deputado Augustinho Zucchi sobre esse esforço que se faz para que o Paraná seja uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Na minha cidade de Londrina, onde fizemos um autódromo, os dias de evento movimentam a rede hoteleira e o comércio. Lá também fizemos o Campeonato Panamericano de Beisebol, que projetou Londrina no cenário internacional, o Campeonato Mundial de Basquetebol, e quando eu era Prefeito, levamos a Seleção Brasileira, então comandada por Falcão, para jogar com a Romênia, e Londrina ganhou uma projeção internacional. Posteriormente, ainda como Prefeito, compramos da CBF o Pré-Olímpico, que levou para Londrina grandes seleções de futebol do mundo, sendo que inclusive estava no embalo do início da sua carreira o Ronaldinho Gaúcho. Quem é que ganhou com Pré-Olímpico em Londrina? Ganhou a rede hoteleira, ganhou o comércio, ganhou o guardador de carros, ganhou o sorveteiro, o pipoqueiro, toda a cidade ganhou.

Então, com a Copa do Mundo de 2014, com esse trabalho, Deputado Augustinho Zucchi, Deputada Cida Borghetti, com esse esforço para trazer uma sub-sede para o Paraná, aproveito para lembrar que a nossa cidade, Deputado Cheida, de 500 mil habitantes, tem vários campos de futebol, dentre eles o VGD e o Estádio do Café, que podem sim, no caso de Curitiba, ser acolhida como uma das sedes da Copa do Mundo. Londrina pode entrar como um grande ponto de apoio para treinamento de várias seleções. É sabido que numa copa do mundo dificilmente a seleção fica alojada na mesma cidade em que ela vai jogar, ou seja, dificilmente ela faz os treinamentos na mesma cidade em que ela vai competir pela Copa do

Mundo. Então, Londrina, com grandes estádios, com grande rede hoteleira, com modernos restaurantes, numa cidade bonita e acolhedora, tem todas as condições para servir de ponto de apoio. O ideal seria Londrina ser uma das sedes.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Agradeço o aparte, Deputado Belinati. Primeiramente para cumprimentá-lo pelo brilhante posicionamento, e dizer que quero me somar a ele. Acho que V. Exa. dá um passo à frente ao oferecer as instalações de Londrina também nesta Copa do Mundo que será realizada, com certeza aqui no Brasil, e onde o Paraná será um dos estados sede, e não há dúvida nenhuma que teremos trabalho à frente daqui até lá, todo o povo de Londrina.

Mas quero parabenizar V. Exa. por esse posicionamento. Parabéns portanto, e tenho certeza absoluta que Londrina e o Paraná todo ganham com isso.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Falou o coração de um grande londrinense, nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Belinati, como eu falei na minha campanha de candidato a Prefeito, durante toda a campanha fiz essa proposição. Ponta Grossa tem uma vantagem a respeito de Londrina, ela está a 100 quilômetros, pista dupla, tem um moderno hotel em frente ao estádio do Operário. E a nossa campanha toda foi baseada no esporte, e um dos temas que colocamos foi exatamente esse: que Ponta Grossa iria municipalizar o estádio do Operário, um estádio antigo que precisa ser reformado, para ser sede de treinamento de uma das quatro seleções que devem ficar aqui em Curitiba.

Então, não querendo tomar de V. Exa. a idéia, durante a campanha nós falamos isso em Ponta Grossa, está devidamente registrado na imprensa, nos programas de televisão, que queríamos oferecer essa oportunidade a Curitiba oferecendo Ponta Grossa como local sede para treinos, por estar tão perto, por ter uma grande estrutura e por ter um povo que ama o esporte, ama o futebol. Então, parabéns a V. Exa. Londrina também pode ser, mas fica aí também essa sugestão, e eu quero me somar a V. Exa. que tudo que for feito pelo futebol, cada vez que o município e o estado gastar R\$ 1 em futebol, deixa-se de gastar cinco em saúde e cinco em violência, em segurança. Por isso V. Exa. tem toda razão, tem meus cumprimentos e meu apoio.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, nobre Deputado Jocelito. Mas seria bom fingirmos, Deputado Jocelito, que as concessionárias de pedágio vão fazer a duplicação da Rodovia do Café até a cidade de Londrina antes que aconteça essa Copa do Mundo aqui no Brasil.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Vou lhe dar uma boa notícia: a Rodonorte anunciou ontem que começa o projeto no ano que vem. No ano que vem estará iniciando o projeto de duplicação da rodovia para Londrina. Uma boa notícia.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado. Esperamos que não seja apenas uma notícia precedendo um pedido de aumento da tarifa do pedágio, que já está caro.

Muito obrigado, Deputado Jocelito, Deputado Cheida. E a certeza, Presidente, de que o Paraná, este estado com cerca de 10 milhões de habitantes, estado bonito, oferece todas as condições para ser sede sim, da Copa do Mundo. O que vai projetar, ainda mais, o Paraná no cenário internacional e ganhará muito a economia paranaense.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esta semana ouvimos apenas a voz do Presidente Nelson Justus fazendo menção sobre a reforma tributária, em relação às Audiências Públicas que tivemos em Cascavel e Foz do Iguaçu, discutindo esse projeto de lei.

Pelas andanças que fizemos no interior do Paraná - acredito que todos os Parlamentares foram indagados, como nós fomos por diversas pessoas - o que vai acontecer com a reforma tributária que está na Assembléia Legislativa? Nos manifestamos por inúmeras vezes nesta tribuna, como outros Parlamentares também têm se manifestado.

Esse projeto, após o relatório e discussão na CCJ, deverá passar nas outras Comissões e virá para o Plenário. E os Parlamentares já devem saber do quê se está falando. Mas a nossa preocupação continua existindo. A nossa preocupação persiste, quando aumenta a alíquota do ICMS em bens de serviço e quando reduz a alíquota de ICMS em outros bens de consumo. A nossa preocupação é se o Governo do Estado tem mecanismo para fiscalizar as grandes empresas, das que não estão no SIMPLES, e se esse desconto vai chegar ao consumidor,

ou vai se transformar em lucro dessas empresas? É a nossa dúvida e acredito que é de toda a sociedade paranaense.

Uma única certeza temos: como ouvimos as mais diversas entidades em Cascavel e Foz do Iguaçu na Audiência Pública, com exceção de dois segmentos que são favoráveis ao projeto, porque as empresas serão beneficiadas, há alguém que diz que este é o famoso projeto dois por um. Há alguém que aposta que a receita do estado vai aumentar, e muito, e vai onerar o consumidor do estado do Paraná.

Ouvi as declarações do Deputado Reni Pereira e de inúmeros outros Parlamentares desta Casa, quando fazem menção da crise que o mundo atravessa hoje, e que o momento não é agora, não é oportuno de aumentar qualquer carga tributária, qualquer imposto. Então, tem que se ter muita cautela. Neste momento se diria, como alguém já disse uma velha frase: "Caldo de galinha e cautela não fazem mal a ninguém". Então, é neste momento que nós Parlamentares temos que ter toda cautela e pedir para a sociedade do Paraná que fique alerta.

Realizamos umas Audiências Públicas, outras estão programadas. Sabemos que existem algumas cidades já escolhidas para a realização dessas Audiências. Até gostaria que o Deputado Durval Amaral, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, pudesse nos dizer quais as próximas Audiências Públicas, onde e a data. Por gentileza, Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Esclareço a V. exa. que já temos previamente marcadas algumas Audiências Públicas. Faremos na próxima semana, no dia 14, no período da manhã, uma Audiência na cidade de Guarapuava e, no entardecer, por volta das 18h, realizaremos outra na cidade de Ponta Grossa. No dia 20, às 8h da manhã, vamos realizar uma Audiência Pública na Associação Comercial de Londrina e, às 19h30, outra na cidade de Maringá. Portanto, três sextas-feiras.

Finalizando as Audiências Públicas, exceto se os Srs. Parlamentares efetivamente quiserem marcar outras mais, em seus municípios ou em municípios pólos regionais, finalizaremos no dia 26 de novembro, na Associação Comercial de Curitiba, numa grande Audiência Pública para toda região sul. Essa Audiência ocorrerá às 18h, aqui na cidade de Curitiba. Então, haverá um amplo debate, uma ampla discussão, e o mais importante, Deputado Elio Rusch, V. Exa. que estava na Audiência lá de Cascavel, é a mobilização dos empresários, porque é uma Audiência Pública em conjunto com a Assembléia Legislativa, presidida pelo nosso grande Presidente Deputado Nelson Justus. Na coordenação temos a participação da FACIAP - Federação das Associações Comerciais do Estado do Paraná - e, também, da FIEP - Federação da Indústria do Estado do Paraná.

Veja só, todas essas entidades organizadas, discutindo, debatendo e a sistematização que foi adotada nes-

sas Audiências Públicas se tornaram muito dinâmicas e muito boas, porque cada associação comercial, cada núcleo da Coordenação da Federação da Indústria do Estado do Paraná discute amplamente a realização da Audiência Pública, discute o lado positivo do projeto, discute o lado negativo do projeto, participam as microempresas, participam segmentos econômicos. Foi muito interessante, Presidente Nelson Justus, porque o interesse é diverso. Alguns segmentos econômicos querem a aprovação dessa proposta do Governo, outros grupos, outros segmentos econômicos são radicalmente contra, numa primeira impressão.

Eu, pessoalmente e muitos outros colegas Deputados estamos firmes no propósito de ouvirmos todos os segmentos econômicos do estado do Paraná, para ao final decidir se valerá a pena aprovar essa proposta de redução de alíquota em alguns itens e o aumento em outros, ou se valerá a pena simplesmente votar contra e rejeitar essa proposta do Governo do Estado. Então, todos estamos muito interessados em ouvir o que a sociedade tem a dizer.

É por isso que agradeço o aparte da V. Exa. Tenho certeza que a Audiência Pública faz com que o Parlamentar, o Deputado, faz com que a Assembléia Legislativa chegue mais perto do cidadão paranaense para ouvir a sua opinião.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero aproveitar, ainda, Deputado Durval, para parabenizar V. Exa. pela forma como conduz os trabalhos da CCJ, e, da mesma forma, o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, que desde o primeiro instante colocou toda a estrutura da Casa, da Assembléia, o cerimonial, aqui da Casa, à disposição nessas Audiências Públicas para que elas pudessem transcorrer da melhor forma possível.

E é, nesses Audiências Públicas, efetivamente, que surgem as discussões para que possam ser esclarecidas as dúvidas que existem na sociedade do Paraná. Eu fiz essa pergunta ao Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, para que a sociedade, então, tanto de Londrina, como de Maringá, esteja preparada para o dia 20 de novembro, agora, para essas duas Audiências Públicas, e para o dia 14, tanto na cidade de Guarapuava, pela parte da manhã, e, no final da tarde, na cidade de Ponta Grossa.

É importante que a Associação Comercial, que as pequenas e microempresas para que o consumidor também participe dessas Audiências Públicas, porque, em última instância, quem paga o imposto, e sabemos disso, não é o empresário, quem paga o imposto é o consumidor. O empresário é apenas um repassador daquilo que ele cobra na ponta. Quer dizer, o que a COPEL faz? A COPEL não paga ICMS, a COPEL cobra na fatura do consumidor que paga a sua energia e repassa para a Secretaria da Fazenda. O comerciante, por menor ou maior que seja, e se estiver no SIMPLES, paga de acordo

com o seu faturamento, mas ele cobra do consumidor. O supermercado cobra na mercadoria que vende na prateleira, cobra do consumidor.

E é aí que vem uma questão, os supermercados não cobram só da classe A e B, o grande empresário, ele cobra da classe A, B, C, D, e E, ele cobra do rico, do pobre, do médico, toda a sociedade paga. Então, quando o Governo do Estado diz que esse projeto vem atender apenas os objetivos da classe C e D, claro que atende, mas atende também a classe A e B. Mas, uma certeza nós temos, e é por essa razão que fazemos questão que a sociedade esteja alerta, para que a sociedade participe dessas Audiências Públicas como aconteceu na cidade de Cascavel, mas é importante que o sindicato, que os consumidores participem também.

Será que a empresa que está no SIMPLES, será que o pequeno empresário já lembrou: mas, espera aí, eu não sou beneficiado com essa reforma tributária! Não, ele não terá um desconto, porque ele paga de acordo com o seu faturamento, mas uma certeza ele tem, o pequeno empresário vai pagar mais, porque a energia vai custar mais caro, o telefone vai custar mais caro, o combustível, a gasolina vai custar mais caro. Então, o pequeno empresário terá a majoração nos seus preços, porque na hora em que ele vai fazer a base de cálculo da sua mercadoria e o aumento da energia, claro que ele vai pagar.

E o consumidor, é importante também quando alguém diz: olha, o remédio vai reduzir, o eletrodoméstico vai reduzir. Eu já falei uma vez aqui da tribuna que o pobre ou qualquer cidadão quando vai comprar um televisor, compra um televisor a cada 10, 15 anos, e aí ele terá a redução da alíquota de ICMS. Isso se for repassado para o consumidor da ponta. Mas, uma certeza nós temos, todo mês, todo o paranaense, todo mês, vai pagar mais pela energia elétrica, todo mês vai pagar pela comunicação, pelo telefone, pela gasolina, toda vez que abastece no posto, ele vai pagar mais caro. Cada vez que alguém for fazer uma festinha, o boy bebe e sua bebida alcoólica, ele vai pagar mais caro. O fumo não é proibido, fuma quem quiser, agora quem fumar vai pagar mais caro a cada dia que acender o cigarro.

Então, quer dizer, esse cálculo é necessário que o cidadão do Paraná, que a sociedade saiba fazer isso, para que participem das Audiências Públicas e digam para os Deputados, que estamos presentes, para a Comissão de Constituição e Justiça, para o nosso Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, o que eles pensam em relação a essa reforma tributária. É a primeira vez e temos que parabenizar de novo o Presidente da Casa, Nelson Justus, porque é a primeira vez nesses 18 anos que estou, aqui, que se procura debater um projeto dessa amplitude, com toda a sociedade.

Levar para o interior, para as cidades pólo, discutir a reforma tributária, quais as vantagens e as desvantagens, para ouvir efetivamente das entidades. Como eu disse, não é só da classe empresarial. É importante que o consumidor, o empregado participe, que tenha consciência.

Alguém já me disse, o cara pobre, que mora na periferia das grandes cidades, não vai aos grandes centros, nos grandes supermercados, ele vai comprar na venda da esquina. E essa empresa está no SIMPLES, não trará benefício, pelo contrário, vai aumentar ainda a carga tributária para esta empresa.

Então, é importante que a sociedade do Paraná, que o consumidor do Paraná, quem faz as compras, que se conscientize e que participe desse debate, que está estabelecido no estado do Paraná e liderado pelo nosso Presidente, Deputado Nelson Justus e pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli
(PMDB)**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, prezado Deputado Dobrandino.

Ouvia as argumentações feitas pelo Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, acerca de um tema, Deputada Beti Pavin, que começo a reconhecer que é uma politização, que eu esperava fosse fruto de uma análise imparcial dos Parlamentares desta Casa. Esperava que a Assembléia Legislativa pudesse analisar a minireforma tributária, proposta pelo Governador Requião, no sentido de que o nosso estado pudesse mais uma vez indicar, para o nosso país, uma proposta inovadora, que pudesse de fato fazer com que mexêssemos nessa estrutura, de praticamente 200 anos, ou seja, desde o século XIX, temos a mesma estrutura tributária.

Todos reconhecemos, de que é uma estrutura injusta e que o país tem que se modernizar, que temos que adotar o princípio da seletividade, que rege o Direito Tributário. Por exemplo, ouvi falar aqui do Barack Obama, que é o que rege a economia e o sistema tributário americano. Mas, percebo de que há uma grande resistência dos setores econômicos, especialmente, naqueles que conseguem desenvolver uma boa articulação, para que não se modifique aquilo que beneficia determinados grupos econômicos.

Não estou aqui, antes que o Deputado Elio Rusch se sinta ofendido, falando que V. Exa. está naquela tribuna defendendo grupo econômico. Estou dizendo de que há grupos econômicos, já percebo se mobilizando, especialmente, através de alguns formadores de opinião do nosso estado, contra a reforma tributária, que está em análise nesta Assembléia Legislativa.

Ora, Exas. Deputados Cheida, Dobrandino e Beti Pavin, os três tiveram a experiência de governar um município - Prefeitos de Londrina, Foz do Iguaçu e do

nosso município de Colombo respectivamente. Estamos falando de quanto? Cada um sabe o que é orçamento público. Vou falar só da receita tributária do ICMS.

Ontem enviei a cada um dos gabinetes, via eletrônica, as duas respostas que foram solicitadas, uma pelo Deputado Durval Amaral num pedido de informações feito pela CCJ e outra formulada pela Bancada de Oposição. Ambos os requerimentos foram respondidos de forma absolutamente completa aos requerentes. Enviei a todos para que ninguém alegue que não está tendo acesso a todas as informações.

Hoje ainda, vou encaminhar mais um, Deputada Rosane Ferreira. Estamos tratando de discutir uma minirreforma tributária. De quanto estamos falando? De R\$ 400 milhões. Vai diminuir a receita em 400 milhões e vai crescer a receita em R\$ 400 milhões. É isso, ninguém diz que é mais e ninguém diz que é menos. Acho que há um convencimento que haverá uma perda real de receita para o estado de 400 milhões e um acréscimo de 400 milhões.

A dúvida que temos qual é? A lógica do regime capitalista funciona no Paraná? Entendo que sim, na formação do preço final. O Deputado Valdir Rossoni que é empresário, quando vai vender o seu produto, ele considera o quanto tem que pagar de carga tributária de imposto. Qualquer comerciante ou industrial faz isso. Qualquer um que trabalha com o tema sabe disso.

Estamos tratando de quanto na reforma tributária? Qual é a receita do ICMS para 2008? A resposta está no ofício que foi encaminhado a esta Casa. A arrecadação do ICMS de 2008 realizada de janeiro a setembro, mais a prevista de outubro a dezembro é de R\$ 11 milhões 789 mil e 500. Ora, quando estamos propondo uma reforma tributária que tem um impacto, o Projeto de Lei nº 402 diz o seguinte: "envolvem valores aproximados de R\$ 410 milhões para ser mais exato, a preço de 2008". De quanto estamos falando do total da receita? De 3,4% do total da receita de ICMS.

Sinceramente, o projeto de lei não tem a dimensão e a conotação exagerada que a Oposição pretende dar a essa projeto do plano político.

Por que estou colocando desta forma? Porque estamos tratando de 3,4% da receita de ICMS do estado, inteira, nessa reforma tributária. Ou seja, arrecadamos em números gerais R\$ 12 bilhões e queremos diminuir 400 bilhões de receita e vamos crescer 400 milhões.

A discussão qual que é? Os setores que serão beneficiados, vão transferir esse valor que vão deixar de pagar imposto para o consumidor? Essa é a pergunta que temos feito.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, V. Exa. ainda não percebeu, porque acredito que V. Exa., tenha comprado isso da forma como foi vendido. Foi vendido para a opinião pública de que o Governo vai diminuir impostos.

Enquanto que isso não é verdade. Nas suas próprias palavras, haverá um equilíbrio da receita que vai ser diminuída e do que vai ser acrescida.

Agora, o que V. Exa., e eu tenho dúvida desses números, tenho muita dúvida, nós, depois das Audiências Públicas queremos conversar com o Secretário da Fazenda aqui. Queremos. É um direito nosso. Ele é um servidor público e teremos que debater isso aqui com quem entende da Receita do Estado.

Mas, quero colocar uma preocupação para V. Exa. que eu acredito que isso, no máximo, mais umas duas, três, quatro Audiências Públicas, V. Exa. vai se convencer - a grande verdade é que essa minirreforma tributária que aumentará sim impostos, ela privilegia os grandes.

V. Exa. já viu um grande dono de supermercado reclamando? Não. V. Exa. já viu um grande vendedor de eletrodomésticos, eletrônicos reclamando? Não. Autopeças? Não.

Vi uma pessoa em Cascavel quase querendo moldar uma estátua para V. Exa., que eles estão felizes. Agora, ainda não chegou na sociedade a verdadeira reforma tributária. O pequeno armazém, o pequeno supermercado, a pequena empresa, aquela que está no SIMPLES, ela já tem o benefício de pagar menos impostos, é a única forma de a pequena empresa sobreviver e é uma das poucas coisas que o Governo Requião fez de bom para este estado, estará tomando nessa reforma tributária.

Deputado Romanelli, se precisar do horário da Liderança do PSDB usaremos, acho que é importante o debate, imagina aqui: V. Exa. é dono de uma rede de supermercados, compra em grande escala, ganha na compra - o dono do pequeno mercado da esquina lá do bairro ele não compra em grande escala, ele já sai perdendo. Onde que ele consegue ter concorrência com o grande supermercado? Na questão dos impostos. E agora o Governo do Paraná vai tomar esse privilégio, que era uma rede de proteção para os pequenos empresários que estão incluídos no SIMPLES.

Então, quero alertar esta Casa - vamos ficar atentos, estamos mexendo com vespeiro. A hora que os microempresários, os pequenos empresários que estão no SIMPLES, - talvez alguns estejam me assistindo neste momento - percebiam que os grandes prejudicados são esses. Os grandes privilegiados - as grandes redes de supermercados, de eletrodomésticos e de eletrônicos.

E uma outra questão, que essa é fatal - a funcionária da Assembléia que está me assistindo, V. Exa. lá em Foz disse que não é em janeiro que vai chegar na casa dela esse aumento de imposto, mas a partir da noventa, se necessário for que a lei exija, vai chegar esse aumento de impostos em todas as residências dos paranaenses, porque tem efeito imediato.

A única coisa que faço, uma ressalva que sou favorável, mas votarei contrário, já tenho esta posição, é que ela melhora a eficiência da arrecadação. Mas meu Deus, V. Exa. está falando aqui, já arrecadamos 12 bilhões, são muitos bilhões, Deputado Romanelli, 18, 12.

A grande verdade que quando se trabalha com reforma tributária, com aumento de impostos, nós mexemos com a parte mais doída do corpo que é o bolso. Nada mais dói no cidadão, do que o bolso e nós não agüentamos mais pagar impostos.

Então, Deputado Romanelli, me permita, desculpe ter me alongado, mas trataremos isso a partir da semana que vem. Desculpe-me, mas tratar de reforma tributária neste momento, no mínimo é imprudente, porque estamos vivendo uma crise mundial, não sabemos as dimensões que vai ofertar a nossa economia, não sabemos ainda, o PIB ano que vem vai crescer 3, 2, 4? Quanto vai ser isso? Quanto desemprego vai acontecer? E estamos mexendo com aumento de impostos na energia elétrica que vai atingir a todos os paranaenses. Então primeiro: vamos parar de vender à população que estamos diminuindo impostos porque em forma de cascata o aumento de impostos na energia elétrica, na telefonia e na gasolina, não sei por que o álcool ficou fora, muito estranha esta questão do álcool.

Ora, Deputado Romanelli, por que o álcool ficou fora? Então digo a V. Exa. que V. Exa. daqui a 30 dias não terá mais condições de sustentar isso da tribuna dessa Casa porque a população do Paraná vai se levantar contra esse novo tarifação que o Governo está impondo.

Me desculpe discordar, mas nós temos essa opinião e teremos oportunidade de debater isso nas Audiências Públicas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria responder aqui ao Deputado Valdir Rossoni, que essa politização era quilo que eu pretendia que não houvesse nesse projeto. Queria dar um dado, que foi a coisa que mais me preocupou no discurso construído pelo Deputado Valdir Rossoni. Ele reconheceu o avanço do nosso Governo em proteger e auxiliar a micro e pequena empresa, teve a grandeza de reconhecer a nossa política tributária, mas V. Exa. trabalhou com uma lógica que me deixa apavorado, no sistema do regime capitalista de economia e mercado. V. Exa. disse, com todas as letras, só faltou dizer da forma que eu vou dizer, mas disse o seguinte: "Não podemos baixar o preço do produto que compõe atualmente a carga tributária se não nós vamos prejudicar a micro e pequena empresa. V. Exa. disse o seguinte: "Temos que deixar o preço do produto com imposto alto porque se não vai afetar e alterar a competitividade da economia de mercado."

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Ora, não podemos trabalhar com a lógica do imposto alto para deixar competitiva a sociedade que nós temos, não é essa a lógica! Se é essa a lógica, que o Deputado Rossoni colocou me apavora do ponto de vista enquanto sociedade, temos que trabalhar para baixar, reduzir a carga tributária e mais a técnica, a Auditora Fis-

cal, Dra. Gedalva da Secretaria da Fazenda calculou o impacto no assalariado. Quanto significa para o assalariado o aumento daquelas alíquotas específicas? Nove milhões e duzentos mil reais. Ora, calculando-se qualquer redução possível e esperada do ICMS mais o PIS e COFINS porque todo mundo sabe nesse país, nós pagamos PIS e COFINS para o Governo Federal sobre o ICMS que está embutido no preço da mercadoria na prateleira do supermercado. A redução de 7,43% que é o esperado no preço das mercadorias, dos 95 mil itens desse projeto, pois bem, se houver uma redução de apenas 2,44 ou 2,5% já é benefício para o assalariado. Vejam o quanto é interessante e quanto podemos avançar, estes números aqui vão demonstrar o quanto vai ganhar o povo trabalhador desse estado, quem ganha até sete salários que são os grandes destinatários dessa minirreforma tributária.

Concedo o aparte ao Deputado Durval Amaral, com muita satisfação.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Deputado Romanelli, quero inicialmente cumprimentar V. Exa. pelo trabalho que tem feito à frente da Liderança do Governo dessa Casa e pelo seu alto espírito democrático.

V. Exa. tem maioria na Assembléia Legislativa e mesmo correndo o risco da politização do debate V. Exa. não se vale desta maioria para, simplesmente, impor à Assembléia Legislativa a vontade do Governo do Estado do Paraná. V. Exa. concordou porque é próprio do caráter e da formação de V. Exa., ouvir neste momento a sociedade paranaenses.

A Assembléia Legislativa tem uma oportunidade única, talvez este ano, de levar a discussão para todos os cantos, para todas as regiões do estado do Paraná. Quero cumprimentar e parabenizar V. Exa. por essa iniciativa. No passado talvez a Oposição pudesse acusar o Governo de fazer uso do rolo compressor. E nesse momento V. Exa. tem a grandeza de discutir esse projeto com a sociedade. Então, fica aqui registrado as minhas homenagens e meus cumprimentos a V. Exa.

Quero ressaltar que a Secretaria de Estado da Fazenda realmente, como bem disse V. Exa., prestou informações a CCJ. No meu entendimento, informações importantes e relevantes, colocando inclusive, abrindo um pouco a renúncia fiscal que faz o Governo do Estado em alguns segmentos da nossa sociedades. Por exemplo, a renúncia fiscal que faz o Governo na cesta básica, em alguns gêneros alimentícios mesmo que não estejam na cesta básica, a renúncia fiscal que faz o Governo em materiais de construção, materiais de informática, a renúncia fiscal que enfim o Governo faz ou por simples renúncia fiscal, ou por deferimento, ou por redução de base de cálculo, ou por dilação.

Enfim, o Governo nesses itens que vão baixando de 18% para 12%, isso já é oficial, o Governo já pratica alíquotas inclusive em alguns pontos menores do que a

proposta de 12%. E o Governo assegura que mesmo reduzindo de 18 para 12 vai manter esses benefícios fiscais, porque é um instrumento que a Secretaria de Estado da Fazenda tem, para dar competitividade a empresa paranaense. Ótimo, maravilhoso.

Agora, o que quero saber, o que os Deputados querem saber e a sociedade quer efetivamente saber é por segmento, por grupo econômico quanto é que o estado arrecada com 18%? E quanto o estado vai passar a arrecadar com 12% de alíquota? A mim não basta o número absoluto de 400 milhões de renúncia. O Governo tem que demonstrar que vai na questão de informática se arrecada 10 milhões vai passar a arrecadar 8. Terá que dizer que no ramo farmacêutico arrecada 20, vai passar a arrecadar 16. Estou citando qualquer número. O Governo tem que abrir os livros, ou seja tem que dizer quanto arrecada por segmento econômico, para que não paire dúvida, que não haverá ganho de receita nesta reforma. É isso que espero e peço ao seu alto espírito democrático e pelo vosso grande Secretário Eron Arzua, que ele preste as informações de maneira objetiva.

Não posso aceitar que o Governo não saiba, exatamente, quanto vai perder de arrecadação, se ele chegou ao número de 400 milhões, ele tem que ter esse número por segmento econômico, por grupo econômico. Aí sim, teremos condições de votar com certeza essa proposta. Por último para encerrar, louvar a iniciativa que teve o Governo Requião, o Governo de V. Exa. ao dar isenção de ICMS para todos aqueles que se enquadram no SIMPLES. Todo e qualquer pequeno empresário do Paraná que arrecada até R\$ 360 mil/ano não paga ICMS no Paraná. Isso gerou emprego no estado, gerou renda e tenho dúvidas que agora com essa redução, que beneficia um certo segmento da sociedade, nós não vamos tirar o emprego de quem muito sabiamente o Governo do Paraná ofereceu quando deu essa isenção de imposto.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sua fala contribui para o debate, eleva o nível desta discussão. Entendo que esse debate é necessário. Porque como todos sabem e sempre pretendo votar e voto sempre pelo melhor argumento. Muitas vezes o melhor argumento não é o meu, as vezes na sua fala ouço argumentos que podem inclusive fortalecer aquilo que é o espírito deste projeto, que é justamente para beneficiar os pequenos, para beneficiar os trabalhadores, para promover melhor distribuição de renda em um estado que tem profunda desigualdade social.

O fato é que temos que reconhecer que quando o nosso Governador estabeleceu uma política tributária diferenciada no nosso estado - sendo que hoje temos 172 mil 906 contribuintes paranaenses, que são micro ou pequenas empresas e que estão enquadradas em uma política tributária diferenciada - o mais interessante, para quem não sabe, é que as micro e pequenas empresas no Paraná pagam pouco imposto, tão pouco imposto, tão

pouco imposto que as micro são zeradas de pagar ICMS e as pequenas empresas pagam de acordo com o seu faturamento, são responsáveis por 2% da receita de ICMS. Só 2%! Os outros 98% não são de micro e pequenas empresas, para terem uma idéia do quão é importante é a nossa legislação, que protege a micro e pequena empresa.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Vejo nesse projeto uma oportunidade para discutirmos princípios do ponto de vista tributário. O Congresso Nacional infelizmente não legislou sobre a reforma tributária e o estado tem seus limites para legislar, e no fundo acho que este Poder poderia aprofundar ainda mais esse debate, até para recomendar ao Congresso Nacional para que consigamos definitivamente adotar o princípio da justiça tributária no país. Acredito que teríamos que fazer um Seminário técnico de discussão aqui na Assembléia, aproveitarmos esse projeto para identificarmos o que é justiça tributária naquilo que é competência deste Poder, o Legislativo Estadual. Acredito que daríamos uma grande contribuição para o Congresso Nacional, haja vista que estamos mexendo na legislação do ICMS aqui e não tenho dúvidas que é oportuno que a Mesa ou a CCJ convoque, chame os grandes tributaristas nacionais para que identifiquemos exatamente aquilo que é o princípio fundamental de fazer justiça tributária. Acredito que teríamos grandes avanços e prestaríamos um grande serviço ao país, orientando inclusive aquilo que o Congresso Nacional deveria votar com uma certa rapidez em Brasília.

Então, acredito que isso é possível. Se quiséssemos, em 20 dias organizaríamos um grande Seminário, com juristas renomados, para discutirmos princípios, e a partir disso orientaria inclusive o voto deste Parlamento com mais segurança para não politizarmos o debate, mas sim fazer a política com o significado semântico da palavra tributária mais justa, de acordo com a nossa competência aqui na Assembléia.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Welter.

Entendo que o Deputado Reni Pereira, que é o nosso especialista e Presidente da Comissão Tributária desta Casa, poderia de fato se incumbir dessa tarefa. Entendo que isso seria extremamente oportuno.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só para cumprimentá-lo, Deputado Romanelli.

Nesta semana o Governador Requião, não sei se lá do exterior, fez um pronunciamento na Agência Estadual de Notícias, que eu até veiculei na rádio, porque gosto sempre de colocar a palavra do Requião, que é sempre animadora. Ele diz que a COPEL está em alta, porque aumentou o consumo de energia no estado do Paraná, que

aumentou muito e que isso deve-se ao fato de novas empresas terem faturado mais e que as grandes empresas estão trabalhando mais, estão gerando mais empregos. Queria entender: em cima do quê V. Exa. vem falando agora, que se o Governador diz que está faturando mais, está gerando mais emprego, por que precisamos reajustar ainda mais impostos, em função de que o próprio Governo admite que a coisa está melhorando?

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Jocelito, pela intervenção para esclarecer que o Governo, em absoluto, quer aumentar R\$ 1 em imposto de ICMS que o Governo arrecada. O que queremos é praticar justiça tributária, é poder reduzir de forma muito objetiva 25% dos itens que o supermercado vende daqueles produtos chamados de bens de consumo-salário, é justamente para facilitar a vida das pessoas que nós apresentamos esse projeto aqui na Assembléia Legislativa. E isso certamente vai fazer com que possamos avançar. Agora, reconheço que a politização poderá levar a uma discussão falsa, na medida que grupos econômicos que têm os seus interesses atingidos certamente, Deputado Welter, sabem se mobilizar para poder impedir os avanços que beneficiam o povo paranaense.

Mas, tenho certeza que essa Casa vai votar o projeto e vai aprová-lo, naturalmente podendo fazer alguma adequação, mas certamente garantindo um avanço importante para a sociedade paranaense.

Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que participaram aqui dessa discussão e que puderam também colaborar, inclusive prestando atenção naquilo que a gente estava falando.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças. PMDB. Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente falarei alguma coisa a respeito de um acidente que vitimou uma família que tem profunda inserção na vida de Arapongas. Um desastre de avião fez com que alguns caros amigos da cidade de Arapongas falecessem. Estou falando a respeito de Adriano Romera, sua esposa Siomar Romera, seu sobrinho João Romera Neto. Olha, a cidade de Arapongas possui um dos maiores pólos moveleiros de toda a América Latina, e eu tenho uma profunda ligação com isso que aconteceu na minha cidade, porque quando eu era Vereador no municí-

pio me lembro que batalhei muito para a implantação de um distrito industrial naquele município. Isso ainda antes de 1970. E me lembro que o Adriano Romera foi um dos primeiros, homem simples, trabalhador, que era funcionário de outra pequena empresa, foi um dos primeiros a receber do município determinada área de terras para implantar o seu pequeno empreendimento industrial.

Bom, com o correr do tempo o Poder Público de Arapongas que era o determinador dessa política de industrialização, política pioneira em todo o estado do Paraná, porque não havia uma política de industrialização poderia dizer nem em Ponta Grossa, nem em Maringá, nem em Londrina, em nenhum município. Fomos os primeiros praticamente a caminharmos na industrialização. Eu me lembro, Sra. Presidente, que na época argumentando em relação ao Prefeito que era da ARENA, Prefeito José Colombino Grassano, eu dizia o seguinte: "Olha, quem manda no mundo são as nações industrializadas, quem manda, entre aspas, vamos dizer assim, no Brasil é o estado de São Paulo por causa do seu parque industrial. Eu falei: aquilo que vale para a nação vale para o estado? Acho que vale também para o município e caminhamos nessa direção.

E hoje, uma cidade que, naquele leque de municípios entre Ibiporã, Londrina/Cambé de um lado. Paçandu/Maringá e Sarandi de outro, 14 municípios, estamos geograficamente colocados no meio desse rosário de municípios. E, ao lado a cidade de Apucarana, que é um entroncamento rodoviário, ferroviário e desembocadura, na época, de toda a produção agrícola do chamado Vale do Ivaí. Na realidade, não tínhamos muita perspectiva de desenvolvimento.

Lembro-me desse Prefeito, nominado por mim, eu mesmo e outros, não muitos não batíamos nessa tecla da industrialização.

E hoje, depois de passado todos esses anos, podemos dizer que tínhamos uma política de industrialização extremamente correta, porque o município, na época, cedia, doava as áreas. Isentava do IPTU, todos aqueles que se inscreviam para receber essas áreas de terras. Não havia isenção das taxas, do IPTU sim. E a Prefeitura ainda com seu maquinário fazia um trabalho de somatória com aquilo que os empresários, muitos deles egressos dos sítios e das fazendas, para construir aquilo que construímos. Como já falei, um dos maiores parques moveleiros de toda a América. Seguramente o segundo do Brasil. E o Adriano Romera teve papel muito forte na implantação desse parque industrial.

Outro dia, por ocasião do sepultamento do João Romera, do Adriano, da sua esposa, pudemos presenciar, e nunca vi milhares e milhares de pessoas que estavam lá a lamentar esse triste acontecimento. Pessoas do Brasil todo, por exemplo, vi e me apresentaram pessoas do nordeste. Compradores ou vendedores para esses que dedicaram a sua vida na industrialização do nosso município.

Quero deixar aqui registrado o meu sentimento de pesar as famílias que perderam o pioneiro Adriano

Romera. O João Romera Neto não foi um pioneiro, mas foi um seguidor daquela ideologia que tínhamos e continuamos tendo de transformação dos nossos produtos para que possam gerar empregos e renda.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Quero cumprimentar V. Exa. e me solidarizar com a família do Adriano Romera, porque conhecia pessoalmente o Adriano Romera. Um empresário empreendedor, começou numa pequena marcenaria a construir uma das maiores empresas moveleira do Brasil.

Quero cumprimentar V. Exa. por fazer essa justa homenagem à família enlutada do Adriano Romera.

Parabéns! Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Muito obrigado Deputado Durval Amaral.

Portanto, posso dizer, por ter sido durante nove anos Vereador no município, três vezes Prefeito Municipal e tantas outras vezes Deputado Federal Constituinte e Deputado Estadual.

Acompanhei toda vida do meu município. Conheço profundamente aquela realidade e, depois, com o passar do tempo, Deputado Rossoni, veja bem, um homem como eu que, durante toda vida, fui taxado de inimigo do mercado, comunista, na verdade, na prática construímos uma parceria muito forte entre a Prefeitura, o estado, o Poder Público e aqueles empresários. Lembro-me que muitos estão no parque industrial, porque eu pessoalmente fui buscá-los, muitas vezes, ainda quando moravam em sítios, e os conchavam para irem para o parque industrial, porque eles tinham dentro da família pessoas que trabalhavam no setor.

Sou um homem calejado, tenho o lombo curtido, mas me lembro, Sra. Presidente, certo dia, saindo do Congresso Nacional e indo para minha residência, que me deparei com um caminhão que trazia o nome fantasia de uma empresa e sozinho fiquei pensando: puxa vida, essa empresa está fazendo entregas aqui na capital da república. E eu me lembro quando estive lá na propriedadezinha deles, para oferecer uma pequena área de terras no parque industrial para eles fazerem um investimento. Era necessária a implantação da indústria, porque eu sabia que eles tinham vendido uma quantidade grande de sacas de café e eles estavam pretendendo, na época, comprar terras em outros estados. Lembro que fiz essa proposta, que foi aceita e, depois, me senti recompensado pela atuação que tivemos.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sra. Presidente, não há tempo, voltarei em outra oportunidade. Na realidade, gostaria de falar alguma

coisa dos acontecimentos políticos. Quero agradecer a tolerância de V. Exa. e esse...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Pugliesi - peço permissão para o Presidente, pois acredito que é importante o depoimento que vou fazer aqui ao Deputado Pugliesi. Só um minuto. Podem descontar do PSDB.

Deputado Pugliesi, talvez V. Exa. tenha me feito aqui recordar. V. Exa. é de uma região e eu sou de outras, mas o que V. Exa. relata da industrialização do seu município é o que ocorreu e serviu de exemplo para o estado. Eu morava do outro lado do estado. Minha região é na divisa com Santa Catarina, a região de União da Vitória. Deputado Pugliesi, acho que tenho alguns anos menos que V. Exa., mas, quando V. Exa. foi Prefeito da sua cidade, o comentário do trabalho de V. Exa. fez eco em todo estado do Paraná, porque todos citavam seu trabalho como exemplo. Exemplo de como pode se fazer uma parceria entre a iniciativa privada e o Poder Público e gerar emprego para aquele que mais precisa. V. Exa. foi uma referência para o estado, naquela oportunidade, como Prefeito.

Faço esse depoimento porque não o conhecia. Hoje, tenho o privilégio de ser Deputado junto com V. Exa. mas seu exemplo fez eco em todo estado e eu fui uma das pessoas, quando Prefeito da minha pequena cidade, que peguei seu exemplo e procurei fazer o melhor para levar para a minha cidade o desenvolvimento e a geração de empregos, porque a partir do momento que existir empregos teremos melhor Educação, melhor Saúde.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento e também por me fazer recordar da referência que V. Exa. foi naquela época como Prefeito da sua cidade.

Muito obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Deputado Rossoni, agradeço o testemunho que V. Exa. dá nesta tarde.

Quero dizer que este país certamente será uma grande nação, estamos esperando que essas coisas aconteçam. Agora, como o Deputado Rossoni está dizendo, cada um tem que fazer a sua parte. Lembro-me de quando falávamos em industrialização e que éramos motivo, praticamente, de descrédito total, vejamos bem o caminho que encontramos. No começo, quando foi instalado o primeiro distrito industrial, se procurava longe para trazer empresas grandes para o município. Quando eu cheguei para a Prefeitura mudei esse encaminhamento, porque ele não tinha dado resultado. Eu acreditei nos pequenos empresários do meu município e da região. Aí, alcançamos um grande sucesso.

Quero reiterar os sentimentos de pesar de todo o Paraná, eu poderia dizer, em relação a esse triste acontecimento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro quero agradecer a presença dos Vereadores de Guairacá, do PPS, que estão aqui hoje, o Claudinei, o Elcio e o Carlão. Inclusive o Elcio foi o nosso candidato a Prefeito em Guairacá e fez um belíssimo trabalho e uma belíssima votação, representando não só o meu partido, como também o povo de Guairacá.

Ouvi atentamente os discursos, os pronunciamentos dos Deputados, e antes de eu estar aqui como Deputado Estadual tive a honra e o privilégio de trabalhar em diversas empresas, mas a última foi no SEBRAE. No SEBRAE o papel é ajudar o pequeno e o micro empreendedor, ajudar a pessoa que tem o sonho de trabalhar e gerar empregos e ter sucesso na vida. E desde que comecei no SEBRAE aprendi muito, estudei muito sobre a geração de empregos, sobre o processo de desenvolvimento dos municípios.

Lembro-me muito bem que no primeiro mandato, quando participei de uma campanha eleitoral pela primeira vez, quando fui candidato a Deputado Federal, apoiamos no segundo turno - o nosso candidato a Governador foi o Rubens Bueno - no segundo turno apoiamos o Governo Requião contra o também candidato a Governador Álvaro Dias. E no nosso projeto de apoio, no segundo turno, para o Governador Requião, elencamos seis pontos de prioridades para que ele cumprisse se ele fosse eleito. Um desses pontos era referente ao apoio à micro e pequena empresa, até porque discutimos isso dentro do partido e colocamos isso como prioridade. Foram seis pontos: a retomada da eleição direta nas escolas, dentre outras, ética na política. E o Governo atendeu esse item com relação à questão das pequenas empresas.

Na sequência, graças à bondade do povo da minha região e de municípios do Paraná, que me ajudaram muito para que eu pudesse ser Deputado Estadual, tivemos a oportunidade de discutir e votar projetos melhorando a questão das pequenas empresas no Paraná, na geração de emprego, com o nosso voto favorável aqui dentro.

Agora se avizinha mais uma grande discussão, a provável votação de um projeto que fala de uma mini-reforma tributária. Uma atitude louvável dos Deputados desta Casa, Nelson Justus, como Presidente da Casa e Durval Amaral, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ao receberem esse projeto de mini-reforma tributária do Governo, ouvir o povo, fazer Audiências Públicas, como já fizemos em Cascavel, em Foz do Iguaçu e estaremos fazendo em outros municípios importantes também no estado do Paraná.

Percebi, ouvindo as pessoas, que o povo não aguenta mais ouvir falar em aumento de impostos. O Brasil tem a característica de ter uma carga tributária muito grande sobre seu povo, seus contribuintes e, por outro lado, a mesma característica de não oferecer serviços públicos de boa qualidade para a população. Temos problemas na Educação, na Saúde e na Segurança, principalmente. Enfim, são serviços que o Governo Municipal, Estadual ou mesmo Federal deveriam melhorar para a população. Mas infelizmente não conseguem. Entra e sai Governo, se melhora, se avança muito pouco. O que aumenta muitas vezes são os gastos públicos. Em consequência disso, as reformas chamadas tributárias têm que aumentar os impostos.

Ouvi nessa discussão dessas duas primeiras Audiências Públicas que o povo não aguenta mais aumento de impostos. Fala-se em redução de impostos em alguns itens, podem ser até milhares deles, mas nesses nem haverá diminuição, porque estão com o imposto baixo, alíquotas às vezes mais baixas. Fala-se que vai se deixar de arrecadar um determinado valor, essa versão que o Governo está colocando nas Audiências Públicas. Por outro lado tem que aumentar o imposto sobre a gasolina, a energia elétrica e outros produtos, para poder compensar aqueles impostos que estão deixando de ser arrecadados.

Eu, como contador e administrador, procurei não só ouvir as pessoas envolvidas nas Audiências Públicas, como estou visitando contadores e conversando com lideranças, para saber o que a população acha. Deputado Rossoni, tenho percebido que os próprios contadores, que são pessoas isentas no processo, no sentido da opinião, que são técnicos, que conhecem e sabem como é feito o processo de arrecadação, tenho percebido que eles estão se manifestando contrários a esse projeto de reforma tributária, porque o povo vai pagar mais imposto. Quem decide, na prática, os itens que terão o imposto reduzido são os comerciantes, os grandes. Se eles vão repassar para o consumidor final, não temos certeza disso.

O aumento de energia elétrica, tenho certeza que a partir do dia 1º de janeiro, já no dia 1º de fevereiro, quando chegar a fatura na casa do trabalhador, lá estará o acréscimo do imposto.

Essa discussão seguirá nas Audiências Públicas que estamos participando. Nós, enquanto partido, Deputado Marcelo Rangel, Alysson teremos uma reunião na semana que vem com o PPS, para que possamos juntos discutir e teremos uma posição única com relação a este projeto do Governo de reforma tributária. Porque o nosso objetivo é sempre votar em sintonia com a vontade da população, Deputado Elio Rusch. Não é só fazer oposição por fazer oposição. É votar, fiscalizar e votar em sintonia com aquilo que a população deseja que é a redução da carga tributária, é redução dos gastos públicos.

Imaginem um trabalhador que trabalha 12 meses no ano, destes ele tem direito a um mês de férias, só que quatro desses meses que ele trabalhou vai para pagar

impostos. Sobram oito meses para ele poder viver. Realmente, no Brasil, estamos falando de uma discussão que ao invés de falar em reforma tributária, deveríamos isentar impostos, reduzir a carga tributária, mas por outro lado reduzir os gastos públicos porque aí não precisaria aumentar os impostos. Não precisaríamos aumentar na energia elétrica que todo mundo consome, na gasolina porque também é utilizada no processo do desenvolvimento. E tantos outros, a telecomunicações. Por que aumentar os impostos? Não dava para reduzir os impostos numa quantidade de itens que está se colocando e reduzir gastos públicos? Aí sim, qualquer Governo que fizesse isso estaria "marcando um gol de placa". E como o Governador de plantão é o Governador Requião, ele poderia propor isso como fez já lá na isenção das micros e pequenas empresas.

Como disse, nós do PPS como sugestão que tínhamos dado para o segundo turno, apoiamos e votamos para aprovar essa isenção.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero parabenizar a V. Exa. pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje em relação à reforma tributária. Ouvi a todos os Parlamentares que se manifestaram na tarde de hoje sobre a reforma tributária.

Cedo o Horário da Liderança da Oposição ao Deputado Douglas Fabrício para que possamos continuar discutindo a questão da reforma tributária.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

Ouvi o Deputado Romanelli, o Deputado Durval Amaral, o Deputado Elton Welter, Deputado Valdir Rossoni, diversos Parlamentares e agora ouço V. Exa. Ora, ouvi o Deputado Romanelli que procura ainda defender a mensagem do Governo. Não sei até quando. Quando ele fala da diminuição da receita que o estado vai ter.

Ora, Deputado Douglas Fabrício. Não estamos falando só o que o estado deixa de arrecadar e o que o estado arrecada mais com essa reforma. O que estamos falando neste momento, o que o consumidor, o paranaense vai pagar mais. Essa é a grande questão. É isso que a sociedade do Paraná precisa saber, Deputado Douglas Fabrício. Com toda certeza. E já falamos desta tribuna a questão de duas, três semanas passadas, que uma certeza nós temos: que o Governo do Estado vai deixar de arrecadar alguns impostos. Claro, vai reduzir a alíquota de 18 para 12%. O Governo deixa de arrecadar. Essa é uma certeza.

Segunda certeza: O Governo do Estado vai arrecadar mais, nos produtos e bens de serviços que vai ter a alíquota do ICMS majorado em 2% energia elétrica, comunicação, gasolina, bebida alcoólica e cigarro. Esta é a verdade.

Agora, o paranaense precisa se conscientizar e é isso que queremos dizer agora, e lembrar ao Líder do Governo, que não é só lembrar aquilo que o estado arrecada ou deixa de arrecadar ou vai arrecadar mais. Mas, vamos pensar no consumidor, no paranaense que vai pagar mais imposto. Porque o aumento, este sim, Deputado Douglas Fabrício e V. Exa. tenha certeza que seu Partido, quando se reunir vai chegar a essa conclusão, o PPS no Paraná, que aquilo que vai ser majorado, aquilo que será aumentado, isso vai chegar mensalmente no bolso do paranaense. E aquele que tem carro, vai chegar cada vez que abastecer. Se abastece o carro diariamente, vai diariamente pagar o aumento do ICMS.

Então, esse é o momento de refletir, de pensar muito bem nesta reforma tributária que está hoje aqui na Casa. Eu nunca vi um Governo mandar uma mensagem para a Assembléia, e quando ele fala de reduzir a alíquota de 95 mil produtos, disse o Deputado Durval Amaral, com muita propriedade, que o Governo do Estado, a Secretaria da Fazenda mande para a Assembléia qual é, o que, quanto o estado deixa de arrecadar por setor, por área de atividade, o que representa o setor vestuário, o que representa o setor alimentício, o que representa o setor de remédios, quanto é a arrecadação e quanto vai ser. Aí sim, poderemos ter uma conclusão, porque a sociedade precisa saber que a grande maioria das empresas, quando se fala em confecções, olhe, eu não sei se tem algumas empresas aí que não estejam no SIMPLES, a não ser os grandes mercados, eles defendem.

Agora, o que me chamou muita atenção também é a palavra do Líder do Governo quando disse que essa reforma só não será...

(ininteligível)

... se de repente grandes grupos econômicos...

(ininteligível)

... fazer seu lobby.

Ora, os grandes grupos econômicos terão a redução da alíquota do ICMS. Se tiver alguém que será beneficiado são os grandes grupos econômicos no nosso estado.

Então, quando fala o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, quando ele fala dos grupos econômicos, como eles vão se mobilizar, eles só podem se mobilizar para aprovar essa reforma tributária, porque eles serão os beneficiados, porque o pequeno e o micro empresário será penalizado. O consumidor no Paraná será penalizado, porque ele vai pagar mensalmente o aumento do imposto. Agora, o grande empresário, ele vai pagar menos imposto, os grandes supermercados. Mas quem garante que isso vai chegar na ponta?

Nós aprovamos aqui, desculpe me alongar, já estou encerrando, no meu primeiro mandato, o Deputado Nelson Justus, Deputado Valdir Rossoni, Deputado Ademar Traiano, Deputado Durval Amaral, diversos Parlamentares, retiramos o ICMS sobre a venda a prazo. E eu pergunto: isso chegou ao consumidor? Não, não chegou. Quantas vezes votamos a redução, a isenção? O consumi-

dor é beneficiado? Não, não é beneficiado. E nós perguntamos: o Governo tem mecanismos para fiscalizar que esse desconto chegue no consumidor? Não, o Governo não tem. E aí a resposta qual é? A economia de mercado, o setor capitalista que vai regularizar isso.

Ora, neste momento, me desculpem, mas não podemos concordar com isso. É importante que a sociedade do Paraná se conscientize, que o consumidor se conscientize, quem faz as compras, porque quem paga o imposto é o consumidor.

Obrigado pelo aparte. Parabéns a V. Exa.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Elio Rusch, obrigado pelo aparte de V. Exa.

Eu sou a favor. O Governo quer reduzir os impostos em 95 mil itens? Pode reduzir, sem nenhum problema. Voto a favor, trabalho a favor e quero realmente que isso aconteça. Mas não quero que aumente imposto de nenhum outro produto. O povo já paga muito imposto Deputado Valdir Rossoni.

Já que o Governo quer fazer algo, que realmente beneficie a população, então diminua esses itens e não aumente os outros, porque ele pode fazer uma reforma administrativa, pode reduzir esses gastos. Reduzir os gastos públicos vai ser melhor, boa gestão pública, isso que todos prometem em campanha, e isso facilitaria a vida do paranaense, porque não dá para imaginar e nem para acreditar que o Governo vá fazer algo para empatar.

Tenho certeza que está se fazendo isso para aumentar a arrecadação, porque cada vez mais o Governo aumenta o gasto público. Tenho certeza que está se fazendo isso. E por isso temos que estudar realmente com detalhes.

Quando me reuni hoje com diversos contadores, que me trouxeram planilhas e vão trazer mais documentos para provar que essa reforma tributária vai aumentar a arrecadação do Governo, eu passei realmente a acreditar nisso, e as Audiências Públicas estão sinalizando nessa linha: quem vai perder é o povo, de novo.

Quero lembrar que no final do ano passado o Governador colocou aqui nesta Casa um aumento de impostos, ou V. Exas. não lembram que tinha aumento das taxas do DETRAN e de outras taxas, era o tarifaço do Requião. Ele queria com isso aumentar a arrecadação. É só lembrar este detalhe, este ano o Governo aumentou os gastos públicos, mas também pela Comissão de Orçamento estamos discutindo, vai aumentar a arrecadação só pelo processo de desenvolvimento natural que teve o Brasil, o mundo e também o Paraná. O orçamento será de R\$ 23 bilhões no ano que vem, está aumentando e já que está aumentando não precisa aumentar taxa de imposto em nenhum produto. Poderíamos votar esse projeto e tenho certeza que todos votariam a favor, abaixando o imposto no Paraná, aí sim dá um sinal de boa gestão, de boa atitude com o povo do Paraná!

Com o aparte Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Douglas, tem que ficar claro para a população paranaense que não vamos aceitar esta mini-reforma tributária, vendendo para a população que estamos votando esta reforma tributária porque queremos beneficiar a população. Essa informação não é verdadeira! A forma de marketing do Governo foi inteligente, mas estamos aqui para alertar a população.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento, pelo posicionamento do Líder da Oposição e vamos trabalhar firme nisso até que o Governo reflita sobre essa reforma tributária que não pode acontecer, porque quem será penalizado? V. Exa. disse tudo. V. Exas. acham que o Governo mandaria para cá uma reforma tributária se não fosse para aumentar suas receita? E ao aumentar a receita quem vai pagar? Nós, novamente!

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Tem mais um detalhe: o Governo, além de aumentar a receita, ele procura facilidade no seu trabalho e esquece do povo, isso porque eles querem concentrar a arrecadação numa quantidade de empresas, numa pequena quantidade de contribuintes que contribuem mais porque movimentam mais, etc. e etc., concentrar nesse grupo e por outro lado deixar de fiscalizar ou não se preocupar com a arrecadação de um outro grupo. Tudo bem até não se preocupar com a arrecadação de outro grupo, de repente facilitar.

Concluindo, Sra. Presidente, vamos votar a favor para isentar, para baixar os impostos que o povo precisa. Agora, não podemos concordar com aumento de impostos, não podemos! Temos que exigir que o Governo faça uma reforma para baixar os gastos, para reduzir custos, isso sim o Governo precisa fazer e pode começar com os cargos comissionados que no estado do Paraná tem bastante!

Era isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças: horário PTB/PR, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Queria fazer mais um comentário hoje sobre a questão da URV que eu comentei ontem aqui. Fui buscar o acórdão do Tribunal de Contas do Estado e, para alegria nossa, esse parecer já veio emitido sobre a consulta, sobre o direito de receber a URV dos funcionários públicos do estado do Paraná. Ela já vem com a assinatura do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Já vem mostrando trabalho o Conselheiro Requião e ele escreve aqui e isso deve servir ao seu irmão Governador, porque

o irmão Conselheiro está dizendo que o irmão Governador pode pagar as perdas da URV a todos os Srs. funcionários do estado do Paraná. Diz aqui que inclusive não precisa estar dentro da Lei de Responsabilidade, por se tratar de despesa antiga não precisa estar dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro desta consulta que o Tribunal de Justiça fez.

O Presidente do Tribunal de Justiça fez uma consulta ao Tribunal de Contas perguntando se podia dar aumento de 11,98% aos funcionários do Poder Judiciário para pagar as perdas da URV. E a consulta assinada por Maurício Requião de Mello e Silva diz que sim e todo Tribunal de Contas concorda. Está liberado geral. E esse parecer do nosso eminente agora Conselheiro, ex-Secretário Maurício Requião, dá embasamento ao Governador Requião, que quando ele quiser ele pode pagar também os funcionários do estado do Paraná, que não viola o artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo o parecer do Maurício Requião. Essas parcelas não têm efeito financeiro no cálculo de despesa com pessoal. Pode pagar. Está liberado geral, quem quiser pagar pode pagar, basta ter dinheiro.

Srs. funcionários públicos do estado do Paraná, aqui tem uma cópia dessa consulta feita pelo Desembargador José Antonio Vidal Coelho, que faz uma consulta ao Tribunal de Contas e o Tribunal informa que pode pagar. Os funcionários vão ficar felizes, e se algum Poder quiser pagar a URV e não tiver dinheiro pode parcelar, pode ir pagando o reajuste e depois paga o atrasado. Coloca o reajuste já na folha para que os servidores fiquem de acordo com a lei. Seria muito importante que todos os Poderes colocassem na folha de pagamento 11,98% para eles se igualarem, porque há isonomia, todos são iguais diante da Constituição.

Fica aqui o apelo para que o Governo e os demais órgãos do Paraná possam colocar já esse reajuste, sigam o exemplo do Tribunal de Justiça e que tem o acórdão do Tribunal de Contas. Agora quem não quiser pagar é por que quer dar o calote mesmo.

Mas Deputado "Reimanelli" - Deputado Romanelli, vou chamá-lo a partir de hoje de "Reimanelli", é o rei do Plenário. Tudo que V. Exa. quer acontece, os súditos atendem. Então V. Exa. passa a ser o rei, Exa. tem uma pose dos famosos reis. Não sou muito de Shakespeare, conheço só o Seu Dominginhos lá de Itaiacó, que é um senhor do interior muito simples. Não conheço esses caras famosos, mas V. Exa. é um nobre. Quero agradecer a TV Assembléia, aqueles pedidos de informações que fiz ontem já chegaram. V. Exa. não deixou eu fazer aqui, deu uma de rei no Plenário e não quis aprovar os meus requerimentos.

Então, Deputado Romanelli, não vai dar tempo e vou deixar para a Sessão de amanhã - se tivermos quórum amanhã - e aí vou ler os requerimentos. Já tenho as respostas. Chegaram as respostas que eu queria e chegaram de forma legal. Então, aqui quero sempre agradecer.

Vejam como é o Parlamento: proíbe-se de aprovar um requerimento pedindo informações, que é uma das prerrogativas do Deputado, mas, por outro lado, a democracia nos permite estar na TV, estar no ar, estar solto no ar e quando estamos no ar qualquer um capta, porque tem muita gente que nos assiste, seja ali do dado, lá ou aqui, mas sempre há alguém com a antena ligada.

E aí, vieram as informações que o Rei do Plenário, Deputado Romanelli, ontem me proibiu, usando da sua alta influência com os demais Deputados. Depois dessa carteirinha da OAB. V. Exa. aumentou o seu poder de influência nesta Casa que meu Deus do céu! Não conseguimos passar mais nada! Se eu tiver que pedir alguma coisa, vou no seu gabinete, ajoelho-me se for preciso e peço: Deputado Romanelli, permita-me passar um requerimento, porque é tão bom para a democracia.

Mas, enfim, amanhã vou comentar sobre isso. Graças à TV Assembléia chegaram os documentos. Proíbe-se de um lado e a democracia nos dá o direito, por outro lado, de buscar os documentos. Está aqui a cópia de tudo o que eu pedi, sendo que inclusive chegaram certidões. Que maravilha que é a TV Assembléia! Chegaram aqui os documentos que eu estava esperando, até em forma de certidão. Quero agradecer! Não sei de onde vem isso, se é do lado esquerdo ou do lado direito ou se é do serviço de inteligência da Casa.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado, se for falar sobre o Barack Obama, pode me dar um aparte?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu não iria falar do Obama, mas se V. Exa. quiser, é sempre um prazer ouvi-lo, até porque V. Exa. é um dos Deputados que sempre me alegra ao ouvi-lo. Se quer falar do Obama, fique à vontade!

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Na realidade eu queria apenas, como muitos aqui já fizeram, parabenizar os Estados Unidos pela eleição do Barack Obama. Tenho certeza que o John McCain também seria um Presidente, ele que foi um herói no Vietnã, esteve cinco anos preso e tem uma bonita história. Mas, o Barack Obama simboliza a mudança. Depois do discurso muito bonito que ele fez ontem na madrugada, foi uma postura de estadista que ele teve mas também a população, porque estavam todos os correligionários e o povo com a bandeira dos Estados Unidos e não tinha bandeira dos Democratas. Aqui, quando o Presidente da República é eleito, não vemos a bandeira do Brasil, mas vemos a bandeira dos partidos políticos. Lá era a bandeira dos Estados Unidos.

Foi um show aquilo lá! Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Concedo um aparte também ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Jocelito, ontem nós perdemos a votação do pedido de informações que V. Exa. fez aqui pelo Plenário. Fico perplexo quando um pedido de informações de um Parlamentar não passa devido a ordem de um Líder, seja do Governo ou da Oposição. Acho que o Parlamentar tem a prerrogativa de saber todas as informações, porque ele é um representante popular, representa milhares de cidadãos e realmente precisa receber essas informações. Ontem votei a favor do seu requerimento e ainda pedi a V. Exa. que, se possível, gostaria de receber uma cópia dessas informações que são importantes. Se o senhor puder me fornecer essa cópia, ficaria muito grato.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Imediatamente, Deputado Marcelo. Tão logo eu tire cópias, já lhe passo.

Ainda sobre o Obama, é importante dizer que essa questão que envolve a eleição do Obama nos Estados Unidos, não sei se nos Estados Unidos tem quotas para negros, não conheço a legislação dos Estados Unidos e não sei se existem quotas nas universidades para os negros, porque se não houver isso nos Estados Unidos, prova, a eleição do Presidente Obama, que um negro pode se eleger sem ter quotas, basta ser querido, sério e ter o carinho do povo. Abre um momento de pensarmos. Não sei se nos Estados Unidos existe isso, mas no momento em que um cidadão se elege Presidente da maior potência do mundo através de uma eleição direta, eleito pelo povo, prova que realmente ele chegou lá por seus méritos, pelo o que ele é, e faz refletirmos sobre essas quotas que tanto se faz, que às vezes passa a ser até um gesto de discriminação. Então, essa eleição do Presidente americano agora prova que os negros muitas vezes não precisam de quota e que eles podem se impor, principalmente pelo seu trabalho, pela sua competência.

Então é isso, Deputado Romanelli. Amanhã nós falamos nos pedidos de informações. Agradeço a V. Exa. Amanhã vou ler os pedidos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PSB/PRB/PV; Democratas; PP.

(Declinam)

PT. Com a palavra Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter**O SR. ELTON WELTER**

Sra. Presidente, em aparte que fiz ao Líder do Governo, Romanelli, dizia que era fundamental que esse Poder - por isso que falar é falar, certo Deputado Pugliesi? - o Poder Legislativo precisa debater mais as políticas, e quando vê um projeto que é polêmico, como a minireforma, e quando as Lideranças, tanto da Oposição como da Situação, e esse Poder vai até a sociedade e dis-

cute do ponto de vista de ouvir a sociedade organizada, é fundamental para que este Poder legisle de acordo com a política de fato, é fundamental, na minha concepção, que se discuta profundamente esses temas, seja o tema que for, no caso a reforma tributária com tributaristas renomados a nível nacional.

Vou dar um exemplo, essa Assembléia apresentou da importância de fazer Seminários técnicos, discutir profundamente, sem paixão política, mas com argumentos que fundamentem teses que se sustentam nas idéias mais liberais ou mais conservadoras, ou idéias mais ligadas no campo popular, ou aquilo que de fato possa fazer uma justiça tributária. Tínhamos aqui na Assembléia, para dar um exemplo claro, e fizemos aqui neste plenário um grande Seminário com especialistas renomados do país na área de urbanismo. Aqui na Assembléia tramitavam em torno de seis a sete proposições que tratavam de regiões metropolitanas, região metropolitana de Ponta Grossa, região metropolitana de vários lugares, de Irati, teve seis ou sete iniciativas dessa natureza aqui na Casa. E daí chamamos um Seminário para discutir tecnicamente essa propositura, várias proposições, iniciativa deste Parlamento, e aí discutimos do ponto de vista técnico com o Jorge Wilhelm, que é um urbanista renomado do país, veio para cá, veio também um especialista que entende do Estatuto das Cidades, que é para discutir essa questão das regiões metropolitanas. Tão logo se discutiu, do ponto de vista técnico, se aprofundou o debate, ficou mais fácil para este Poder Legislativo tomar decisão acerca das iniciativas que a Casa tinha tomado.

Não tenho dúvida, e eu queria fazer um pedido ao Líder do Governo, às Lideranças da Oposição, aos Líderes Partidários ou à Mesa da Casa, poderíamos chamar um Seminário sobre a questão tributária, para discutir o princípio da norma tributária com base nessa iniciativa do Poder Executivo paranaense do que estamos fazendo, para termos clareza técnica para tomar a decisão política acertada. Acho que dará segurança à política, e aí a decisão cabe a cada um, mas nós do PT ainda não temos a certeza do técnico, do ponto de vista de como vai votar esse projeto. Uma certeza eu tenho: que a tarifa da energia elétrica é universal, ela chega a todo mundo.

Penso que, se tivermos como fazer a alíquota diferenciada para consumidores residenciais com uma renda de 3 a 5 salários-mínimos e que consomem até 300kw, poderia não subir a alíquota do ICMS. Entendemos que seria justo. Na medida que reduz de 18% para 12% o ICMS de 95 mil itens, vão ficar mais baratos esses produtos.

Lá em Cascavel ficou evidente que, quem é logista, dono de supermercado, quer que vote o projeto. Inclusive teve um dono de supermercado que disse que mostra a planilha de como é hoje com 18% e que depois irá mostrar com 12%.

Os setores estão divididos. Então, precisamos debater amplamente. E sugiro que façamos um Seminário técnico, para que possamos votar aquilo que considera-

mos justiça tributária. Até para dar mais segurança política para os Parlamentares. Porque aqui o Deputado Reni Pereira, que eu respeito bastante, tem como orientar o nosso Parlamento. Mas tributarista renomado não temos aqui. Temos que fazer esse debate, inclusive na identificação desses princípios de justiça tributária e que poderão ser sugeridas ao Congresso Nacional, para que obedeça a essas linhas gerais quando votar a reforma tributária nacional.

Sr. Presidente, na qualidade de Líder, hoje, pois o Deputado Péricles e a Deputada Luciana estão em Brasília e o Deputado Luizão ainda está se recuperando, e queremos comunicar, em nome da Liderança, que o PT do Paraná trabalhará, pois é um partido grande, para ter o seu candidato a Governador.

Temos toda uma agenda para discussão, ainda este ano, seminários com Vereadores, fórum com prefeitos e planejar o partido para disputar as eleições de 2010.

O PT do Paraná quando disputou com o Padre Roque fizemos 19% das intenções de voto. E no segundo turno fomos com o Governador Roberto Requião. O Governador Roberto Requião fez 27%. A diferença não foi tão grande.

Vejam só, isso foi em 2002. Nosso partido é um partido muito forte, muito estruturado no estado do Paraná e não tenho dúvida que o Governo Federal, o Presidente Lula e seu partido que é o PT terá um candidato a sucessão do Lula muito competitivo. Vamos trabalhar para uma política de alianças boas, já no primeiro turno.

Sabemos das forças políticas, que os Deputados irão com o PSDB. O PMDB poderá vir conosco, mas eles vão de acordo com aquele que estiver melhor, percebemos isso, de acordo com as conjunturas que se apresentam. Se depender do Cabral do Rio de Janeiro, o PMDB vem com a gente; se depender do Quéricia em São Paulo, o PMDB vai com o PSDB.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Welter, permite um aparte?

O SR. ELTON WELTER (PT)

Agora, uma coisa é certa: quem escolhe o Presidente o Governador é o povo. Uma coisa é certa: nós do PT, com a política de coalizão que fazemos para governar o país, nem sempre é possível votar aquilo que se deseja, mas junto com os partidos aliados estamos melhorando a vida do povo.

O Presidente Lula, inclusive, tomou cuidado de não pedir votos individualmente para Prefeito do PT no primeiro turno. Na minha cidade, disputei a Prefeitura e o Presidente Lula mandou gravações gerais para seus candidatos, inclusive se o Sílvio Barros quisesse usar a gravação do Lula, é que não era permitido, mas o Lula não pedia votos para Prefeito do PT, até em respeito aos partidos aliados. Os partidos aliados só não usaram por causa da questão da legislação eleitoral, mas o Lula não gravou pedindo votos para o candidato a Prefeito Welter do PT,

companheiro, tudo mais. A vontade dele era essa, mas respeitando as forças aliadas não fez. Acho que acertou, do ponto de vista até para manter a questão do respeito com os partidos, que ajudaram a dar sustentação ao Governo Federal.

Agora, é claro que queremos fazer um sucessor ao Lula até para manter essas políticas de inclusão, Deputado Waldyr Pugliesi, Deputado Valdir Rossoni. Se me permitirem conceder um aparte ainda, eu permito o Rossoni falar alguns minutos. Rossoni, lhe permito um aparte.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Welter, até certa altura eu entendi seu pronunciamento, agora no final V. Exa. deu um nó, não consegui entender. Então, abro mão do aparte.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Veja só, o que eu defendo e tenho clareza, até para concluir o raciocínio dos candidatos a Presidente, é que o PSDB é o partido que vai disputar a presidência, na minha visão. O Democrata dificilmente e o PMDB dificilmente também. Quem tem hegemonia nacional é o PT e o PSDB com a ajuda do Democratas. Portanto, o PT virá com muita força na sucessão do Lula e, aqui no estado, na minha visão, se depender de nós, teremos candidato a Governador do Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

PSDB.

(Declina)

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 326/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Saúde, uma unidade do SIATE para o Hospital Regional do Noroeste, em Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 327/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a doação de uma ambulância ao distrito de Jaracatiá, no município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 328/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e a Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o municí-

pio de Rolândia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 329/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Rancho Alegre d'Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 330/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, que sejam destinados ao município de Maringá dois ônibus apropriados para o transporte escolar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 331/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, que seja destinado um ônibus apropriado para o transporte escolar no município de Marialva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 332/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Iguaraçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 333/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Lobato. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 334/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 335/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Floresta. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 336/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Uniflor. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 337/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Santo Inácio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 338/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Jardim Alegre. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 339/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Borrazópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 340/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, que a doação de um ônibus escolar para o município de Munhoz de Mello. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 341/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Colorado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 342/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Inajá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 343/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Doutor Camargo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 344/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Florai. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 345/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 346/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Ivaiporã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 347/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da

Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Ivatuba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 348/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Ourizona. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 349/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Nossa Senhora das Graças. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 350/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Querência do Norte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 351/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Luiziana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 352/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Engenheiro Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 353/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Kaloré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 354/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 355/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de um ônibus escolar para o município de Quarto Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Recurso da decisão pela manutenção da inconstitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto nº 586/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Recebido; à Procuradoria para análise e parecer; à DAP para providências.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3058, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, solicitando licença para se ausentar do país, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa de Leis, ente os dias 25 e 30/11/08, para participar de um encontro latino-americano para debater políticas públicas de água, na cidade do México. **À Diretoria legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 3064, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo, nos dias 13 a 16/11/08, no evento Encontro Parlamentar Empresarial Oportunidades e Negócios, a ser realizado em Montevideu - Uruguai. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3104, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência em plenário no dia 03/11/08, devido a reunião com médicos do HC, na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/08, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Universidade Livre para a Eficiência Humana - UNILEHU, com sede e foro na cidade de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 031/08, de 09/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 140/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, declara de utilidade pública a UNILEHU -

Universidade Livre para a Eficiência Humana, com sede e foro na cidade de Curitiba/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, que altera o nome do Colégio Estadual Vila Osternack, em Curitiba, para Colégio Estadual Profeta Elias. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 049/08, de 12/05/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 196/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Teruo Kato, que altera o nome do Colégio Estadual Vila Osternack, em Curitiba, para Colégio Estadual Profeta Elias.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Cida Borghetti, Presidente desta Sessão, eu vi a proposta do Deputado Teruo Kato, que muda o nome do Colégio Vila Osternack para Colégio Profeta Elias, apenas não entendi exatamente o motivo. Eu li a justificativa de que a Vila Osternack é uma vila perigosa e que teoricamente vai dar nome a outro bairro, onde fica o colégio. Mas, na realidade, primeiro que a Vila Osternack não é um bairro, é como o Champagnat que faz parte do Bigorriho, o Ecovile que faz parte do

Mossunguê. A Vila Osternack é um pedaço de um bairro de Curitiba, que é o Alto Boqueirão. E na realidade, Cristiano Osternack, que é o que derivou o nome desse colégio, é um alemão que veio para Curitiba com 21 anos de idade, montou uma olaria na região que atendia Curitiba, isso foi no século XIX, 1847 quando ele veio para cá até mil e novecentos e alguma coisa, ele acabou fazendo um grande trabalho na cidade em todas as áreas, empresarial, cultural, e se tornou uma pessoa famosa em Curitiba.

Então, não sei por quê mudar o nome do Colégio Vila Osternack. Na verdade, eu queria encaminhar contrário a essa mudança.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Para Encaminhar)

Apenas quero dizer ao Deputado Stephanes Júnior que estamos votando em primeira discussão essa matéria, primeira votação, a constitucionalidade. A proposta é constitucional e legal, portanto, se o Deputado Stephanes tiver alguma dúvida em relação a ela, poderá vir debater na próxima Sessão, quando o projeto estiver em segunda discussão, e o próprio Deputado poderá fazer uma emenda, se for o caso.

Por isso, neste momento é a constitucionalidade e o Deputado Teruo Kato obedeceu os mandatos legais, constitucionais, portanto não há como votar contra essa matéria.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

A proposta apresentada é legal. Eu tomei o cuidado, inclusive, de consultar a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, e a Secretaria informou que não há denominação à escola, ao Colégio Estadual da Vila Osternack. A reivindicação é justa, está bem fundamentada, atende os pressupostos constitucionais.

A proposta formulada pelo Deputado Teruo Kato é absolutamente regular, por isso que encaminhamos favoravelmente à aprovação, tanto na questão da constitucionalidade que hoje discutimos em primeira discussão, quanto também no mérito, porque os pressupostos foram bem observados pelo Deputado Teruo Kato.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação o item 02 da pauta.

Aprovado.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Semana de Prevenção do Diabetes na rede pública estadual de ensino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. Aprovado. (Publ. no DA nº 057/08, de 27/05/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 231/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Semana de Prevenção do Diabetes na rede pública estadual de ensino.

Em síntese, a proposição institui uma semana de estudos e atividades com vistas a prevenir o diabetes.

Esta proposição insere no Calendário do Estado do Paraná, uma semana em que se dará prioridade aos debates sobre o tema.

É mais uma semana, como já existe a de prevenção de drogas, meio ambiente e outras.

Com todo o respeito para com os profissionais que realizaram a análise prévia, divergimos da orientação ali expressada.

Não entendemos haver violação ao comando da autonomia e independência dos poderes, pois não há a alegada invasão de competência.

Aos Deputados cabe legislar sobre as matérias de sua competência mesmo quando imponham obrigações aos demais poderes, pois esta é prerrogativa do Poder Legislativo. O Parlamentar Estadual pode legislar sobre matérias que a Constituição Federal tenha reservado ao estado.

Deve-se observar sempre o limite da competência para iniciar a proposição. O presente projeto de lei trata de matéria sobre a qual o estado pode legislar, qual seja, a saúde de sua população. A matéria objeto do projeto não é de competência privativa do Chefe Executivo.

Por estarem presentes os requisitos formais e legais, o parecer é pela constitucionalidade da proposição, podendo a mesma seguir seu trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 231/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Marcelo Rangel, institui a Semana de Prevenção do Diabetes na rede pública estadual de ensino.

Fundamentação

Cumprindo observar, inicialmente, que o projeto de lei em apreço, conforme indicado na própria justificativa do autor, tem o intuito de conscientizar a todos pelo aumento de casos de diabetes, junto a crianças e adolescentes. "Há milhares de anos, o ser humano primitivo não dispunha da agricultura, era caçador e sobrevivia à escassez de alimento através de mecanismo poupador de energia, que adquiria em forma de gordura. Após as revoluções agrí-

cola, industrial e tecnológica, houve uma mudança na alimentação e o homem foi ficando cada vez mais sedentário. O nômade que comia pouco tornou-se um ser com baixa atividade, ingerindo excesso de calorias. O resultado disso foi a expansão da obesidade e outras disfunções relacionadas a ela, como a hipertensão arterial e o diabetes", explica Dr. Adolpho Milech."

Ele diz ainda que o problema está mais ligado à vida urbana, em que há certo exagero no uso da internet, da TV a cabo, dos joguinhos computadorizados e carência na prática de exercícios físicos. Tudo isso aliado a uma predisposição genética e ao stress.

"Até 79/80, dividíamos o diabetes do adulto do diabetes infanto-juvenil (correspondente ao que é atualmente o diabetes tipo I, que necessita de insulina diariamente). Só que com essas modificações na maneira de viver da sociedade, o diabetes tipo 2 (que, a princípio, dispensa a insulina) começou a se antecipar totalmente, chegando à adolescência. Se observarmos boa parte dos jovens de hoje, verificaremos que são estressados, obesos e sedentários. Isso quase não se vê nos que vivem no campo", compara.

Ele faz um alerta para que os pais "fiquem de olho" no adolescente diabético que, embora não seja obeso, esteja controlando a glicemia com dietas ou comprimidos. "Nesse caso, também deve-se verificar, com exames, se não é um diabetes tipo I, aparecendo numa fase também deve-se verificar, com exames, se não é um diabetes tipo I, aparecendo numa fase em que a criança ainda tem certa reserva de insulina". De acordo com o endocrinologista, não se usa mais o critério de divisão de idade dos paciente para definir o tipo de diabetes.

Portanto este projeto é relevante, para que seja tomada a consciência necessária principalmente nas séries iniciais, bem levar conhecimento aos pais e comunidade em geral.

Conclusão

O parecer é favorável à aprovação do projeto em análise.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/08, que altera a redação do artigo 73, da Lei nº 4978, de 05/12/64. (Conselho Estadual de Educação do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. Aprovado. (Publ. no DA nº 093/08, de 12/08/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 348/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, objetiva alterar a redação do artigo 73 da Lei

nº 4978, de 05/12/64, a fim de conceder aos membros do Conselho Estadual de Educação do Paraná o direito de perceber ressarcimento pelas despesas decorrentes de viagens, a serviço do referido conselho, e não apenas quando convocados para sessões do colegiado.

Fundamentação

Inicialmente, acerca do Conselho Estadual de Educação, cumpre destacar que a Constituição Estadual define em seu artigo 228:

Art. 228. O Conselho Estadual de Educação, órgão deliberativo, normativo e consultivo, será regulamentado por lei, garantidos os princípios de autonomia e representatividade na sua composição. (grifo nosso).

Nesse sentido, a Lei nº 4978 de 1964, além de regulamentar as atividades do Conselho Estadual de Educação, ainda, definiu em seu artigo 73, as funções de Conselheiros e suas prerrogativas:

Art. 73. A funções de Conselheiros são considerados de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares ou Conselheiros. Estes terão direito a transporte, quando convocados para as Sessões do Conselho ou das Câmaras, e à diária, ou jeton de presença, a serem fixados pelo Secretário de Educação e Cultura.

Ainda, o Decreto nº 1396/07, inclui dentre a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Educação o Conselho Estadual de Educação.

Art. 4º A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Educação compreende:

I - Nível de Direção Superior:

a) Secretário de Estado da Educação;

b) Conselho Estadual de Educação - CEE;

c) Conselho Estadual de Esporte e Lazer. (grifo nosso)

Portanto, tendo em vista pertencer, o referido Conselho, à Secretaria de Estado da Educação, a iniciativa de proposta que altere a sua disposição, prerrogativas e sujeições devem ser de iniciativa do Executivo Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei".

Dessa forma, quanto à legitimidade podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes.

Com redação à técnica legislativa, o presente projeto de lei se mostra adequado ao disposto na Lei Complementar nº 095/98.

Por fim, no que tange à constitucionalidade o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com o disposto nas Constituições Federal e Estadual.

Conclusão

Face ao exposto a manifestação é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 348/08

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, altera a redação do artigo 73 da Lei nº 4978/64, que regulamenta o ressarcimento de despesas decorrentes de viagens de membros do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta comissão, pois, de fato, os integrantes do Conselho de Educação viajam a serviço desse órgão não só quando convocados para as reuniões das Sessões desse colegiado, mas também se deslocam a serviço do Conselho por todo o estado do Paraná e, às vezes, até para outros estados da Federação Brasileira.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 27/10/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO- Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Araucária - ACIAA, com sede e foro no município de Araucária. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/08, de 13/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 406/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Araucária - ACIAA, com sede e foro no município de Araucária, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual, a Associação do Imaculado Coração de Maria, com sede e foro no município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/08, de 13/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 407/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, declara de utilidade pública estadual a Associação do Imaculado Coração de Maria, com sede e foro no município de Cianorte.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 3063, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoioamento da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente.

Aprovado.**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Eu recebi em mãos e estou estranhando, porque havíamos feito um acordo que esses pedidos, esses requerimentos não seriam votados em plenário, que a Mesa os encaminharia como aprovados, regularmente.

Deputado Antonio Anibelli, não tenho absolutamente nada contra o requerimento de V. Exa., só estranhei porque havíamos acordado que apenas os requerimentos de pedido de informações que a Casa votaria.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Por determinação do nosso Presidente, Deputado Nelson Justus e da Mesa Diretora, retornou à Sessão, que sejam lidos e votados em plenário os requerimentos e também os pedidos de informações.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Quero corroborar com V. Exa. e esclarecer o Deputado Romanelli, que partiu deste Deputado o pedido à Presidência. Porque quando votamos, por ocasião do falecimento do Deputado Max Rosenmann, foi para prestar uma homenagem a um cidadão ou a um município. Tem o caso do Deputado Luiz Accorsi que não sabia que ele faleceu. Quando o Presidente lê o requerimento desperta a atenção não só no plenário, mas também através da TV SINAL. Esclarecer, Deputado Romanelli, que valorizamos um trabalho de um Deputado com requerimentos, atuações e não apenas através de projetos. É uma maneira de valorizar o Deputado que apresenta e que trabalha.

Não custa nada lermos ou votarmos um requerimento de voto de pesar, ou de congratulações, ou de aniversário de município. Por exemplo, a Deputada Cida trabalha junto comigo no município de Guaraci, que acabamos de votar, e seu esposo, Deputado Ricardo Barros, é meu companheiro de chapa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Em absoluto quero aqui contrariar, nem publicamente e nem no particular, meu companheiro de bancada, Deputado Anibelli. Apenas manifestei aqui a minha estranheza, porque essa decisão nós havíamos tomado em um acordo de lideranças desta Casa. Consultei o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, que não foi informado sobre essa mudança de procedimento da Presidência. Eu também não fui informado.

Efetivamente a reivindicação é feita pelo nobre Deputado, 1º Vice-Presidente, Antônio Anibelli. Submeto-me à decisão do Presidente Nelson Justus. Entendo que o Presidente tem razões para que até altas horas, mesmo à noite, possa esta Casa votar os requerimentos, que são apresentados nos mais diversos temas.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Sra. Presidente?

(Assentimento)

Talvez os Deputados Elio Rusch e Romanelli não tenham percebido na hora que estávamos falando da vida do Deputado Max Rosenmann. Como o Deputado Waldyr Pugliesi fez um discurso em homenagem ao trágico acidente aquela família de Arapongas. Quanto às pessoas mais simples, ou mortes naturais, ou prestar homenagem a uma família, que para nós, como representantes daquele

